

FONTE DO TEXTO

academia.edu

Imagem da Capa

Maltar

Texto extraído do Vol. 30, «ORÍGENES - Tratado sobre os Princípios», da colecção "Patrística", editada por "PAULOS"

PREFÁCIO

1 Aqueles que têm certeza de que a graça e a verdade nos vieram por Jesus Cristo (Jo 1,17) ^[1] sabem, pelas suas próprias palavras (Jo 14,6), que a Verdade é Cristo, e que é só das palavras de Cristo e do seu ensinamento que recebem o conhecimento que chama os homens a viver no bem e na felicidade. Pela expressão “palavras de Cristo”, não entendemos apenas aquelas que ele ensinou como homem e encarnado, mas também aquelas que se encontram em Moisés e nos profetas, pois, se fosse de outro modo, como é que eles poderiam ter profetizado a Cristo? Provar essa questão não seria difícil a partir das Escrituras, onde Moisés e os Profetas falaram e fizeram tantas coisas em que o Espírito de Cristo os encheu. Mas nossa preocupação nos leva a limitar o mais possível este trabalho. Para nós é suficiente citar Paulo quando, na Carta aos Hebreus, nos diz que, “quando se tornou grande pela fé, Moisés recusou ser chamado filho da filha do faraó, e preferiu ser maltratado com o povo de Deus do que conhecer a alegria passageira do pecado, pois julgava que o opróbrio em nome de Cristo era superior à riqueza dos tesouros do Egito” (Hb 11,24-26). Depois que subiu aos céus, Jesus Cristo falou pelos seus apóstolos, tal como Paulo indica: “Será que estais à procura da prova de que quem fala por mim é Jesus Cristo?” (2Cor 13,3).

2 Ora, uma vez que há muitos desacordos entre aqueles que professam a fé em Cristo, e que essas discordâncias não são só sobre questões secundárias, ou mesmo muito secundárias, mas também sobre questões importantes e às vezes de grande importância – como acerca de Deus, do Senhor Jesus Cristo, sobre o Espírito Santo, e não somente sobre eles, mas também sobre as criaturas, isto é, as Dominações, as Santas Potestades –, por causa disso parece-nos necessário estabelecer em primeiro lugar sobre cada um desses assuntos uma diretriz certa e uma regra clara; e depois faremos também uma investigação sobre os demais assuntos. Muitos gregos e bárbaros prometiam a verdade e, contudo, a partir do momento em que acreditamos que Cristo é o Filho de Deus e reconhecemos que era preciso aprender com ele a verdade, renunciamos a procurá-la junto de todos eles, porque o que eles afirmam a esse respeito são apenas falsas opiniões: do mesmo modo, são numerosos aqueles que julgam compreender

o que é de Cristo, mas muitos deles estão em desacordo com os seus predecessores; porém, a pregação eclesiástica é preservada e transmitida desde os Apóstolos e seus sucessores, e subsiste até hoje nas Igrejas; por isso, só deve ser recebida como verdadeira aquela em que não há nenhuma discordância com a tradição eclesiástica e apostólica.

3 Eis, portanto, o que é preciso saber: quando os santos apóstolos pregaram a fé em Cristo, sobre todos os temas que consideraram necessários, transmitiram o ensinamento a todos os crentes de forma muito clara, e assim foi, mesmo para aqueles que não pareciam tão empenhados na busca do conhecimento divino; mas a tarefa de procurar as razões do que afirmavam deixaram-na àqueles que mereciam os dons eminentes do Espírito Santo, e que teriam recebido em particular pelo próprio Espírito Santo a graça da palavra, da sabedoria e do conhecimento (1Cor 12,8). Sobre outros pontos em que colocaram afirmações, sobre as quais não tinham dúvidas, mas em que silenciaram os “comos” e os “porquês”, queriam certamente deste modo que os seus sucessores mais zelosos, amantes da sabedoria (Sb 8,2), tivessem ocasião de fazer um exercício mostrando o fruto da sua inteligência, uma vez que se preparavam para ser dignos da Sabedoria e capazes de recebê-la.

4 As questões que a pregação apostólica nos transmitiu de maneira clara são as seguintes: em primeiro lugar, que há um só Deus, que criou e ordenou todas as coisas e que, quando ainda nada existia, fez existir todas as coisas (*Hermas*, Mad 1,1);^[2] que Deus, depois da criação e da fundação do mundo, foi o Deus de todos os justos: de Adão, Abel, Seth, Enós, Enoque, Noé, Sem, Abraão, Isaac, Jacó, dos Doze Patriarcas, de Moisés e dos Profetas; o mesmo Deus, tal como tinha prometido antes pelos Profetas, nos últimos tempos, enviou o Senhor Jesus Cristo, sem dúvida, para chamar em primeiro lugar Israel, mas depois para chamar também os pagãos, depois da infidelidade do povo de Israel. Esse Deus justo e bom, Pai do Nosso Senhor Jesus Cristo, nos deu a Lei, os Profetas e os Evangelhos, ele que é o Deus tanto dos apóstolos como do Antigo e do Novo Testamento. A questão seguinte é que Jesus Cristo, Aquele que veio, nasceu do Pai antes de todas as criaturas; ele estava junto do Pai na fundação de todas as coisas (Pr 8,22-31; Sb 9,9), pois por ele tudo foi feito (Jo 1,3); nos últimos tempos ele se fez homem, encarnou, ele que é Deus se fez homem e se aniquilou a

si mesmo (Fl 2,7) sem deixar de ser Deus; tomou um corpo semelhante ao nosso, com a única diferença que nasceu de uma virgem e do Espírito Santo. Ele, Jesus Cristo, nasceu e sofreu realmente, e não apenas em aparência, e realmente morreu, de uma morte comum; porque de fato também ressuscitou de entre os mortos, pois, tendo vivido com seus discípulos após a ressurreição, foi elevado aos céus. Em terceiro lugar, os apóstolos nos transmitiram o ensinamento sobre o Espírito Santo, associado ao Pai e ao Filho em honra e em dignidade; a seu respeito não se distingue claramente se o Espírito é gerado ou inato,^[3] e se também devemos considerá-lo ou não como Filho de Deus; são coisas que devemos investigar na Sagrada Escritura, e, na medida das nossas forças, procurá-las com perspicácia. É certo, porém, que a Igreja prega de modo muito claro que o Espírito Santo inspirou cada um dos santos, dos profetas e dos apóstolos, e que ele, o inspirador depois da vinda de Cristo, é o mesmo que inspirou os Antigos.

5 Depois dessas questões, vêm as da alma: dotada de inteligência e de vida próprias será tratada segundo os seus méritos depois que deixar este mundo: ou entrará na posse da vida eterna e herdará a felicidade, se seus atos assim lhe fizerem jus, ou então será entregue ao fogo eterno e aos suplícios, se aí a conduzir o peso dos seus crimes; mas chegará o tempo da ressurreição dos mortos, quando este corpo que “está agora semeado na corrupção se levantará da incorrupção” (1Cor 15,42-43) e “o que foi semeado na vergonha acordará na glória” (1Cor 15,42s). A pregação eclesiástica também define que toda a alma racional possui livre-arbítrio e vontade, e que para ela há um combate contra o diabo e seus anjos, e contra os seus poderes adversos, que querem carregar a alma com pecados, mas que, se nós nos conduzirmos por uma vida reta e prudente, conseguiremos nos livrar dessa mancha. Portanto, é preciso entender que não estamos submetidos à necessidade a ponto de ser constrangidos de qualquer modo, mesmo quando não o queremos, a fazer o bem, ou o mal. De fato, se assumirmos o nosso livre-arbítrio, por mais que certos poderes nos ataquem para nos conduzir ao pecado, e outros para nos ajudar na salvação, nem por isso somos obrigados a agir bem, ou mal – como opinam aqueles para os quais o movimento e percurso dos astros são a causa dos atos humanos, não só daqueles que ocorrem espontaneamente sem relação com o livre-arbítrio, mas também daqueles que estão ao nosso alcance. A origem da alma,

porém, não está claramente definida na pregação apostólica: ou é transmitida pelo sêmen, uma vez que a sua própria existência racional, ou substância, está inserida nas sementes corporais, ou se tem outro início, e se esse princípio é gerado ou não; ou se entra nos corpos vindo do exterior, ou não.

6 Com respeito ao diabo e aos seus anjos, e os poderes que nos são adversos, a pregação eclesiástica sem dúvida nos ensinou que eles existem, mas não explicou com suficiente clareza o que são, qual o seu modo de ser. Porém, a opinião que muitos aceitam diz que o diabo era um anjo, que quando se rebelou persuadiu o maior número possível de anjos a revoltar-se com ele, e ainda hoje dizemos que esses são os anjos dele.

7 Há outro ponto da pregação eclesiástica: que este mundo foi criado e começou num tempo determinado, e que está destinado a desaparecer, em razão da sua corruptibilidade. Quanto a saber o que havia antes deste mundo, e o que haverá depois deste mundo, são poucos até agora os que chegaram a ter sobre isso uma ideia clara, porque a esse propósito não há uma doutrina explícita na pregação eclesiástica.

8 Continuando: as Escrituras foram redigidas pelo Espírito Divino, e não têm apenas um sentido aparente, mas também um outro que está implícito e que a maior parte não percebe. O que está na letra é figura de certos mistérios, e imagem das realidades divinas. Nesse ponto, toda a Igreja é unânime: sem dúvida, toda a Lei é espiritual, porém nem todos conhecem o que a Lei significa espiritualmente, mas só aqueles que recebem o dom da graça do Espírito Santo “na palavra da sabedoria e do conhecimento” (1Cor 12,8). A palavra *asômaton* – “incorporal” – é desconhecida da maior parte das pessoas e também das nossas Escrituras. Se nos mostrarem o pequeno livro a que chamam *A Sabedoria de Pedro*,^[4] vemos aí o Salvador dizer aos seus discípulos: “eu não sou um demônio incorporal”; é preciso responder em primeiro lugar que esse não é um dos livros que a Igreja aceitou, e mostrar que não é um texto de Pedro nem de nenhum outro que tenha sido inspirado pelo Espírito de Deus. E, mesmo que o aceitássemos, o sentido da palavra *asômaton* neste texto não é o mesmo que lhe dão os autores gregos e pagãos quando os filósofos tratam da natureza incorporal. Com efeito, neste livro, “demônio incorporal” quer

dizer que a forma, seja ela qual for, e a configuração do corpo de um demônio não são semelhantes às do nosso corpo espesso e visível; é preciso compreender o que ele diz de acordo com a ideia de quem compôs o texto: ele não tem um corpo como o dos demônios, que por natureza é algo sutil como uma brisa tênue, e que por isso é por muitos considerado e afirmado como incorporeal, mas (o Salvador) tem um corpo sólido e palpável. Conforme os costumes de todos os homens, tudo o que não é desta natureza é chamado “incorporeal” pelas pessoas simples e sem experiência; chama-se, por exemplo, “incorporeal” o ar que respiramos, porque não é um corpo que possa se agarrar ou segurar e que resista à pressão.

9 Perguntemo-nos, contudo, se isso a que os filósofos gregos chamam *asômaton*, isto é, incorporeal,^[5] se encontra sob outro nome nas Escrituras Sagradas. É preciso também procurar qual é o conceito que devemos ter do próprio Deus: deve ser concebido como corporal e definido por certa aparência, ou de natureza distinta da dos corpos, o que não está claramente indicado em nossa pregação. Essas mesmas questões devem ser postas a respeito de Cristo e do Espírito Santo, e não menos devemos fazê-lo com relação a todas as almas e todas as naturezas racionais.

10 Também se diz na pregação eclesiástica que existem os anjos de Deus e os poderes bons que lhe assistem para levar a bom termo a salvação dos homens; mas não é suficientemente explícito quando é que foram criados, o que são, e o seu modo de ser. Para o sol, a lua e as estrelas, não diz abertamente se eles são dotados de alma, ou se não têm alma.

Eis, portanto, os elementos e fundamentos que devemos utilizar segundo o mandamento que diz: “Esclarecei-vos com a luz da ciência” (Os 10,12), para, tomando-os a todos num conjunto, os organizarmos racionalmente num corpo de doutrina; pelas afirmações claras e convincentes, devemos procurar saber do que se trata realmente em cada um desses assuntos, e constituir, como acabamos de dizer, um só corpo, com demonstrações e afirmações, quer as que descobriremos nas Sagradas Escrituras, quer as que encontrarmos no encadeamento da própria investigação e na manutenção do discurso correto.

Iª PARTE

EXPOSIÇÃO GERAL

1º LIVRO

O PAI, O FILHO E O ESPÍRITO SANTO

1. Deus

1 Alguns tentarão dizer que, mesmo segundo as nossas Escrituras, Deus é um corpo, porque encontram escrito em Moisés “nosso Deus é um fogo devorador” (Dt 4,24), e, no Evangelho de São João: “Deus é espírito, e os que o adoram devem adorá-lo em espírito e em verdade” (Jo 4,24) . Ora, o fogo e o sopro do espírito para eles não são mais do que corpos. A estes pergunto: o que eles acham desta afirmação da Escritura: “Deus é luz”? De fato, João escreve na sua Epístola: “Deus é luz e n’ele não se encontram trevas” (1Jo 1,5). Trata-se certamente dessa luz que ilumina toda a inteligência dos que podem entender a verdade, como se diz no Salmo 35: “Na tua luz veremos a luz” (Sl 35,10; Jo 1,9). Mas a que devemos chamar a luz de Deus, na qual se vê a luz, senão ao poder de Deus, que faz ver na iluminação a verdade de todas as coisas e faz conhecer o próprio Deus, que é chamado Verdade? Eis, pois, o que quer dizer a palavra “na tua luz veremos a luz” – na Palavra e na Sabedoria, que é o Filho, nele veremos a ti, ó Pai. Será porque é chamada luz que podemos pensar que ela é como a luz do sol desse mundo? E como é que um pouco de inteligência, por menor que seja, nos poderia ser dada se recebêssemos a causa do conhecimento dessa luz, e se encontrássemos nela a capacidade de entender a verdade?

2 Se, portanto, admitem a nossa afirmação, que o próprio raciocínio demonstrou, a propósito da natureza da luz, e se reconhecem que Deus não pode ser compreendido como um corpo segundo a nossa noção de luz, a mesma explicação será dada a propósito do fogo devorador (Dt 4,24). Deus, enquanto fogo, o que é que devora? Pode-se supor que devora a matéria corporal, isto é, a madeira, o ferro, a palha (1Cor 3,12)? E que há de digno da glória de Deus, se Deus é o fogo que consome os materiais desse modo? Consideremos antes que Deus sem dúvida devora e extermina, mas que ele devora os maus pensamentos do espírito, devora as ações torpes, devora os desejos de pecado, quando penetra no espírito dos crentes, e habita nas almas que se tornam aptas a receber a sua Palavra e a Sabedoria; ao mesmo

tempo, o seu Filho, conforme ao que foi dito: “o Pai e eu viremos a ele e faremos nele a nossa morada” (Jo 14,23) uma vez devorados todos os seus vícios e todas as suas paixões, Deus faz dessa alma um templo digno dele. Quanto àqueles que, em razão da palavra “Deus é espírito” (Jo 4,24), pensam que Deus é um corpo, eis como lhes devemos responder: o que é costume na Escritura, quando se quer designar uma coisa que é o contrário do nosso corpo espesso e sólido, é empregar o termo “espírito”, por exemplo: “a letra mata, mas o espírito dá vida” (2Cor 3,6). Seguramente ela designa por *letra* o que é corporal, e por *espírito* o que é intelectual, a que nós chamamos também espiritual. O apóstolo também diz: “até este dia, quando se lê Moisés, um véu baixa sobre o coração; mas, desde que alguém se converta ao Senhor, o véu lhe será retirado, porque onde está o espírito do Senhor está a liberdade” (2Cor 3,15ss), pois, enquanto não nos convertemos à compreensão espiritual, “um véu repousa sobre o nosso coração”; e esse véu, quer dizer, uma compreensão grosseira, esconde a Escritura, como nós o dizemos e opinamos; é o véu que devia estar sobre o rosto de Moisés quando ele falava ao povo, quer dizer, quando a lei era lida em público (Ex 34,35). Mas, “se nós nos voltamos para o Senhor”, lá onde está também o Verbo de Deus, e onde o Espírito Santo revela o conhecimento espiritual, então “o véu será retirado” e contemplaremos com o rosto descoberto “a glória do Senhor” (2Cor 3,18), nas Santas Escrituras.

3 Numerosos santos participam do Espírito Santo, mas isso não faz com que se possa de modo nenhum conceber o Espírito Santo como um corpo, que seria dividido em partes corporais para cada um dos santos que o recebesse; na realidade, ele é um poder santificador e diz-se que dele participam todos aqueles que mereceram ser santificados pela sua graça. Para tornar mais fácil a compreensão do que dizemos, vamos tomar um exemplo de coisas que são de outra ordem. São muitos aqueles que têm parte na ciência e na prática da medicina: seria o caso de pensar que cada um deles pega um pedaço de um corpo chamado medicina, que por estar à disposição deles lhes proporciona essa participação nele? Não seria antes mais correto pensar que têm parte na medicina todos aqueles cuja inteligência está pronta e apta para captar essa ciência e essa prática? Mas o exemplo da medicina não é comparável sob todos os aspectos ao caso do Espírito Santo, apenas enquanto prova que não se deve considerar logo como corpo aquilo que é compartilhado por muitos. O Espírito Santo difere

muito da medicina, tanto pela natureza quanto pela ciência, porque o Espírito Santo é uma substância intelectual, e que subsiste e existe por si mesmo, e a medicina não é nada disso.

4 Precisamos passar àquela expressão do Evangelho em que está escrito “Deus é espírito” (Jo 4,24) e mostrar que ela deve ser compreendida conforme o que nós dissemos. Perguntemos quando é que o nosso Salvador o disse, a quem, e a propósito de qual questão. Sem dúvida, o que vamos encontrar é que ele pronunciou essa palavra – quando disse “Deus é espírito”^[6] – dirigindo-se à samaritana, que acreditava, segundo a opinião dos samaritanos, que se devia adorar Deus no monte Garizim. De fato, a samaritana perguntava-lhe, percebendo que ele era judeu, se se devia adorar Deus em Jerusalém, ou nessa montanha; e ela dizia: “Todos os nossos antepassados adoraram nesta montanha, mas vós dizeis que é em Jerusalém que se deve adorar” (Jo 4,20). A opinião da samaritana supunha que certos lugares corporais têm o privilégio, maior ou menor, de neles se poder adorar Deus, e, portanto, seria ou não mais adequado fazê-lo em Jerusalém ou em Garizim; a isso responde o Salvador dizendo que, se se quer seguir a Deus, é preciso abandonar todas as representações de lugares materiais, e disse: “Chegou a hora em que os verdadeiros adoradores não adorarão o Pai nem em Jerusalém nem nesta montanha, Deus é espírito, e aqueles que o adoram devem adorá-lo em espírito e em verdade” (Jo 4,21-23). Vede como ele associa corretamente a verdade com o espírito, ao falar do espírito em contraste com os corpos e também para diferenciar da verdade a sombra e a imagem. Porque aqueles que adoravam em Jerusalém “prestando culto à sombra e imagem das coisas celestes” (Hb 8,5) não adoravam Deus nem em verdade nem em espírito; e assim também aqueles que adoravam no monte Garizim.

5 Depois de ter refutado, conforme pudemos, todas as interpretações que levem a sugerir seja o que for de corporal, dizemos agora, de acordo com a verdade, que Deus é incompreensível e inatingível pelo conhecimento. Se há alguma coisa que pudemos compreender ou pensar a respeito de Deus, devemos acreditar que Deus está de muitas maneiras para além daquilo que pudemos julgar a seu respeito. É como se a alguém, que mal pode vislumbrar uma centelha, ou a pálida luz de uma lâmpada pequena, quiséssemos explicar – a esse cuja acuidade visual não pode ir

além dessa percepção – como é a claridade e o esplendor do sol; não seria preciso dizer-lhe: o esplendor do sol é melhor e mais poderoso do que és capaz de ver? E assim é de tal modo que não podemos explicar nem avaliar? Assim é com o nosso espírito quando ele se encerra na prisão da carne e do sangue, e que, por essa participação na matéria, ele se torna lento para compreender e obtuso, apesar de ser muito superior à natureza corporal, se esforça para atingir as coisas incorporais e de nelas captar uma noção, mas obtém apenas o equivalente a uma centelha ou à luz de uma lâmparina. Ora, de todas as coisas intelectuais, isto é, incorporais, qual, se não Deus, ultrapassa todas em beleza e em excelência, de modo indizível e inapreensível? Sua natureza não pode de modo nenhum ser captada nem pela mais aguda, pura e límpida inteligência humana.

6 Não é absurdo utilizar ainda outra comparação para mostrar a questão de modo mais evidente. Por vezes, o nosso olhar não pode observar a própria natureza da luz, quer dizer, a substância do sol; mas observando seu esplendor ou os raios que passam por uma janela ou por outro pequeno objeto que receba a luz, podemos avaliar qual seja a origem e a fonte dessa luz material. Da mesma maneira, as obras da Providência divina e a arte que se mostra no universo são como os raios da natureza divina em relação com a sua substância e a sua natureza. A nossa mente como por si mesma não pode ver Deus como ele é, compreende, contudo, o Pai do universo a partir da beleza das obras e da graciosidade das criaturas.

Não se deve, portanto, pensar que Deus é um corpo ou que está num corpo, mas que é uma natureza simples, intelectual, que não admite nela nenhum tipo de adição; e do mesmo modo se deve acreditar que não contém em si mesmo nem mais nem menos, mas que é sob todos os aspectos uma mônada ou, por assim dizer, uma hénade, inteligência e fonte de onde têm origem todas as naturezas intelectuais, ou inteligências. Para se mover ou agir, a mente não precisa de espaço material nem de grandeza simples nem de figura corporal nem de cor, e não tem absolutamente carência de qualquer coisa própria do corpo ou da matéria. É por isso que essa natureza simples, que é totalmente espírito, não pode admitir demora nem hesitação nos seus movimentos e nos seus atos, para evitar que a simplicidade da natureza divina não pareça circunscrita e constrangida, numa certa medida, por uma adição desse tipo; assim o princípio de todas as coisas não se pode

achar composto e diverso, nem múltiplo, ou não uno; por isso, esse princípio deve ser percebido como estranho a qualquer mistura com a corporeidade, e consistir, por assim dizer, na única forma da divindade. Que a mente não precisa de lugar para se mover segundo a sua natureza é certo, até pela intuição da nossa própria mente. Porque, se ela permanece na sua dimensão e se nenhuma causa exterior vem enfraquecê-la, nunca será impedida, pela diversidade de lugares, de agir segundo os seus movimentos; e a sua capacidade de se mover não receberá, por sua vez, nem aumento nem crescimento devido às peculiaridades dos lugares. Se se objeta, por exemplo, que pela agitação das ondas dos mares a mente dos navegantes tem menos vigor do que quando está em terra, é preciso acreditar que essa afecção não se deve à diferença de lugar, mas às sacudidas e perturbações do corpo, ao qual a mente está unida e como que nele inserida. De fato, estar no mar, para o corpo humano, é uma situação contra a natureza e, por isso, por uma espécie de desequilíbrio que o atinge, ele recebe sem ordem nem regularidade os movimentos da inteligência, e a sua acuidade se enfraquece perante as incitações do pensamento; o mesmo se passa com as pessoas atacadas pela febre, em terra; é certo que, se a inteligência deles pelo efeito da febre não cumpre tão bem o seu ofício, não é culpa do lugar, mas da doença que perturba o corpo e por essa desordem o impede de prestar seus serviços habituais à inteligência nas condições conhecidas e naturais; porque nós, os homens, somos seres vivos compostos da conjunção de um corpo e uma alma; foi isso que realmente nos permitiu habitar sobre a terra. Mas Deus, princípio de todas as coisas, não deve ser concebido como composto, não seja o caso de se supor que os elementos dos quais se compõe tudo o que é composto sejam anteriores ao próprio princípio.

A mente também não tem necessidade da grandeza corporal para agir e se mover, como os olhos, que se dilatam para enxergar os objetos de maior tamanho, mas se encolhem e retraem para ver os menores e os reduzidos. De fato a mente tem necessidade da grandeza do inteligível, porque não cresce pelo corporal, mas pelo inteligível. Pois a mente não se desenvolve até o vigésimo ou trigésimo ano por crescimento corporal junto com o corpo, mas a sua acuidade se aperfeiçoa pela instrução e pelo exercício; os dons que recebe fazem progredir a penetração intelectual e torna-se capaz de compreensão maior não porque cresceu pelo crescimento corporal, mas

porque se afinou pelos exercícios e a instrução. Essas qualidades, ela não pode recebê-las desde a infância ou desde o nascimento, porque a composição dos órgãos que o intelecto utiliza como instrumentos para se exercitar ainda é inapta e obtusa; ela ainda não está capaz de sustentar a faculdade de fazer operações mentais, e não tem força para manifestar a capacidade de perceber a ordem do que conhece.

7 Se alguns julgam que a mente e a alma são corpos, gostaria que me respondessem: como é que recolhe as noções e afirmações de coisas tão importantes, tão difíceis e tão sutis? De onde lhe vem o poder da memória, de onde a contemplação das coisas invisíveis, de onde a evidente compreensão dos incorporais, que existe num corpo? Como é que a natureza corporal examina as doutrinas das artes, as teorias e as explicações das coisas? De onde recebe ela o poder de captar e compreender as doutrinas divinas que são manifestamente incorporais? A não ser que se tenha a seguinte opinião: a forma deste corpo e a configuração das orelhas e dos olhos contribuem para o ouvido e a vista, e os membros, formados por Deus, têm cada um, pela qualidade da sua forma, uma disposição para a atividade para a qual foram instituídos pela natureza; do mesmo modo, seria preciso compreender que a constituição da alma ou da mente foi de algum modo formada de maneira a ser adaptada e apropriada, conforme os casos, à compreensão de cada um dos objetos e aos movimentos vitais. Mas não imagino o que é que poderia descrever ou dizer qual é a cor da mente enquanto é mente e se move de modo inteligível.

Para confirmar e desenvolver o que já dissemos acerca da mente ou da alma, como ela ultrapassa toda a natureza corporal, podemos ainda acrescentar o seguinte: cada sentido corporal se refere a uma substância sensível, para a qual se dirige o sentido corporal. Por exemplo: a vista dispõe as cores, a figura, o tamanho; o ouvido dispõe as palavras e os sons; o olfato, os odores bons ou ruins; o paladar, os sabores; o tato, as coisas quentes ou frias, duras ou moles, ásperas ou lisas. Todos percebem com clareza que o sentido intelectual é de longe superior aos outros sentidos de que acabamos de falar. Não seria então absurdo que sejam apresentadas à atividade desses sentidos substâncias que lhes sejam inferiores, mas que nada de substancial seja apresentado a essa faculdade superior – isto é, ao sentido intelectual – e que a faculdade da natureza intelectual esteja ligada

aos corpos como um acidente ou uma consequência? Aqueles que o dizem sem dúvida não respeitam, ao proferir tais coisas, a substância que, neles também, é superior; mais ainda: o insulto se dirige ao próprio Deus, se pensam que pode ser compreendido pela natureza corporal; porque para eles, também, sem dúvida, aquilo que pode ser compreendido e captado por um corpo é um corpo; e recusam-se a reconhecer a afinidade que existe entre a mente e Deus, de quem a própria mente é a imagem intelectual, e que por essa razão pode captar algo da natureza divina, sobretudo se for purificada e separada da matéria corporal.

8 Essas afirmações talvez tenham menos autoridade junto daqueles que querem ser instruídos nas coisas divinas a partir das Santas Escrituras, e que nelas procuram a prova da maneira pela qual a natureza de Deus está tão acima da natureza dos corpos. Vejamos se o Apóstolo não diz a mesma coisa, quando fala de Cristo, ao dizer: “aquele que é a imagem do Deus invisível, o primeiro de toda a criação” (Cl 1,15). Isso não quer dizer, como pensam alguns, que a natureza de Deus é visível para um e invisível para os outros: com efeito, o Apóstolo não diz “a imagem do Deus invisível” para os homens, ou invisível para os pecadores, mas coloca uma afirmação absolutamente invariável acerca da natureza própria de Deus, quando diz: “imagem do Deus invisível”. E quando João, no Evangelho, diz “Nunca ninguém viu Deus” (Jo 1,18), mostra, claramente, a todos os que são capazes de compreender, que não existe nenhuma natureza para a qual Deus seja visível; não no sentido em que seria visível por natureza, porém escapasse da vista da criatura, ultrapassando-a, por causa da fraqueza desta, mas porque, pela sua natureza, não pode ser visto. Se me perguntam o que penso a respeito do próprio unigênito, e se eu disser que também para ele a natureza de Deus não é visível, ela que é invisível por natureza, não se deve logo considerar essa opinião como ímpia ou absurda, e vamos oferecer uma explicação coerente. Ver é uma coisa, conhecer é outra; ser visto e ver é coisa própria dos corpos, ser conhecido e conhecer é da natureza intelectual; assim, tudo o que é próprio dos corpos não deve ser pensado a respeito do Pai e do Filho: mas o que pertence à natureza da divindade é o que está presente nas relações entre o Pai e o Filho. O Evangelho não diz: “Ninguém viu o Pai a não ser o Filho e ninguém viu o Filho a não ser o Pai”, mas disse: “Ninguém conhece o Filho a não ser o Pai, nem o Pai a não ser o Filho” (Mt 11,27). Isso indica claramente que o que, para as naturezas

corporais e para as suas mútuas relações chamamos ver e ser visto, diz-se, para o Pai e o Filho, conhecer e ser conhecido, pelo poder do conhecimento e não pela fragilidade da visão. Por isso, não podemos falar propriamente de ver e ser visto a propósito da natureza incorporeal e invisível, e por essa razão não se diz no Evangelho que o Pai é visto pelo Filho nem o Filho pelo Pai, mas que é conhecido.

9 Se alguém nos pergunta por que é que se diz: “Felizes os corações puros, porque eles verão a Deus” (Mt 5,8), parece que a nossa asserção ficará assim mais firme ainda, porque “ver Deus pelo coração” não é justamente compreender e conhecer pela mente, como acabamos de expor? Muitas vezes, de fato os nomes dos membros sensíveis são relacionados com a alma; assim se diz “ver pelos olhos do coração” (Ef 1,18), é ter a intuição de uma coisa intelectual pelo poder da inteligência. Do mesmo modo, fala-se de escutar com os ouvidos quando se percebe um sentido intelectual mais profundo. Dizemos ainda que a inteligência pode se servir de dentes, quando ela mastiga e come “o pão da vida que desce do céu” (Jo 6,33-51). De modo semelhante, diz-se que ela recorre aos serviços dos outros membros, que se atribuem às faculdades da alma por uma transição da sua aplicação corporal, como diz Salomão: “Encontrarás o sentido divino” (Pr 2,5). Com efeito, ele sabia que em nós existem dois gêneros de sentido: um é o dos sentidos mortais, corruptíveis, humanos, e o outro é o dos imortais e intelectuais, o sentido que aqui chamei de “divino”. Eis, portanto, o sentido divino, não dos olhos, mas do “coração puro”, isto é, da mente, graças ao qual Deus pode ser visto por aqueles que são dignos. Podem-se encontrar em abundância em todos os escritos do Novo e do Antigo Testamento exemplos do termo coração utilizado como mente, isto é, a faculdade intelectual. Compreendendo, portanto, assim a natureza divina, de um modo sem dúvida muito inferior ao que conviria, por causa da fraqueza da inteligência humana, vejamos agora o que quer dizer o nome de Cristo.

2. Cristo

1 Para começar, devemos saber que em Cristo a natureza divina, enquanto ele é Filho do Pai, é uma coisa, e que a natureza humana que ele tomou nos últimos tempos para o plano da salvação é outra coisa. Também

é preciso ver em primeiro lugar o que é o Filho único de Deus, que é designado por muitos e diversos nomes, conforme as realidades e as opiniões daqueles que dele se ocupam. É chamado Sabedoria, como disse Salomão, falando em nome do personagem da Sabedoria: “O Senhor me criou como princípio dos caminhos para as suas obras; antes de toda a criação, e dos tempos, ele me estabeleceu. No princípio, antes de criar a terra, antes que brotassem as fontes, antes que se formassem as montanhas, antes de todas as colinas, ele me gerou” (Pr 8,22-25). Por isso ele é chamado de primogênito, como diz o apóstolo Paulo: “Ele é o primogênito de toda criatura” (Cl 1,15). Contudo, o primogênito é por natureza a Sabedoria, sem distinção, uma coisa só. O apóstolo Paulo diz ainda: “Cristo, poder e sabedoria de Deus” (1Cor 1,24).

2 Ninguém pense, contudo, que, ao designá-lo Sabedoria de Deus, estamos indicando algo privado de substância: por exemplo, não vamos imaginar que, em vez de o compreender como um ser vivo doado de Sabedoria, eu o tomo como o que torna sábios os sábios, oferecendo-se ao espírito daqueles que se tornam capazes de receber os seus poderes e a sua inteligência, penetrando neles. Se, portanto, aceitamos logo de início e com firmeza que o Filho único de Deus é a sua Sabedoria subsistindo substancialmente, não sei por que o nosso pensamento pode divagar até se perguntar se a própria hipóstase (isto é, a substância) do Filho pode conter alguma corporeidade, uma vez que tudo o que é corporal é caracterizado pela figura, a cor e o tamanho. Quem é que, tendo a respeito de Deus compreensão e doutrinas conformes a devoção, vai, em sã consciência, procurar na Sabedoria, por si mesma, figura, cor, tamanho? E como é que se poderia acreditar, ou supor, que em algum momento Deus Pai tenha existido sem gerar essa Sabedoria? Pois, ou se dirá que Deus, antes de gerar a Sabedoria, não podia gerá-la; ou então que ela não existia antes, e que ele lhe teria dado origem depois, para que ela existisse; ou ainda que ele podia, mas que ele não queria gerá-la, o que também não se pode dizer a respeito de Deus. Todos percebem claramente que tais ideias são absurdas e ímpias, isto é, que Deus tenha feito progressos, de tal maneira que podia agora fazer aquilo que antes não podia, ou que, podendo, ele tenha suspenso e adiado o ato de gerar a Sabedoria. É por isso que nós sabemos que Deus é sempre o Pai do seu Filho único, que dele nasceu, e dele toma tudo o que é, sem que, no entanto, haja aí qualquer espécie de início, nem o que se pode distinguir

por períodos de tempo, naquele que o espírito, só e por si mesmo, é capaz de considerar e examinar, por assim dizer, pelo simples intelecto e pela alma. Devemos, portanto, crer que a Sabedoria foi gerada sem nenhuma relação com qualquer forma concebível de um começo.

Nessa existência da Sabedoria subsistente por si mesma estava presente, pois, em poder e figura, toda futura criação, tanto das coisas que existem como originais como das que se lhes seguem como acidentes; e desse modo o conjunto estava pré-formado e designado pelo poder da presciência; eis porque, para essas criações, que estavam como que dispostas e prefiguradas na própria Sabedoria, disse ela mesma pela voz de Salomão que foi criada para todas as criaturas como o princípio dos caminhos de Deus, porque ela contém de fato em si mesma os começos, as razões seminais e as espécies de toda a criação.

3 Do mesmo modo que entendemos que a Sabedoria é o início dos caminhos de Deus, e como se diz que ela foi criada pelo fato de conter e pré-formar em si as espécies e as razões seminais de toda a criação, do mesmo modo devemos entender que ela é a Palavra de Deus porque ela revela a todos os outros seres, isto é, a todas as criaturas, a explicação dos mistérios e dos arcanos que estão contidos na Sabedoria de Deus; e ela é chamada Palavra porque é como que o intérprete dos segredos da inteligência.

Por isso se mostra correto o que está escrito nos Atos de Paulo: “Eis a Palavra, um ser vivo”.^[7] João diz no início do seu Evangelho de forma realmente excelente e sublime quando apresenta a definição própria de Deus e definindo-o como a Palavra: “E a Palavra era Deus, e ela estava no princípio junto a Deus” (Jo 1,1-2). Quem atribui um começo à Palavra de Deus ou à sua Sabedoria parece-nos que ofende, pela sua impiedade, o próprio Pai não gerado, ao negar que ele tenha sido sempre o Pai e que ele tenha de todos os tempos gerado o Filho, que ele tenha tido a Sabedoria durante todos os séculos anteriores, seja qual for o nome que lhes demos.

4 Esse Filho é também, com razão, verdade e vida de tudo o que existe (Jo 14,6). Com efeito, como viveriam os que foram feitos, senão pela vida? E como seriam os existentes se não viessem da verdade? Como

poderiam existir as substâncias dotadas de razão se a Palavra ou a razão não existissem antes? Como seriam os sábios, se não houvesse Sabedoria? Mas, como devia acontecer que alguns caíssem fora da vida e por isso se dessem a si mesmos a morte, por isso mesmo, porque deixaram a vida – porque a morte não é outra coisa senão o afastar-se da vida – e porque não era razoável que seres, criados uma vez por Deus para viver, devessem perecer completamente, era preciso que antes da morte existisse tal potência que destruísse a morte futura, e que ela fosse a ressurreição (Jo 11,25), ela, que tomou a forma do Senhor e Salvador, ressurreição que devia consistir na Sabedoria mesma de Deus, na Palavra e na Vida. Além disso, como devia acontecer que alguns dos seres criados, não tendo o bem em si mesmos por natureza, isto é, em sua substância, mas o bem estando neles por acidente, sem capacidade de permanecer imutáveis e invariáveis, e de permanecer sempre nos mesmos bens em equilíbrio estável e regular, se alterassem e mudassem separando-se de seu estado, a Palavra de Deus, sua Sabedoria, tornou-se caminho (Jo 14,6). Ele é assim chamado caminho porque conduz ao Pai aqueles que tomam esse caminho.

Portanto, tudo o que dissemos da Sabedoria de Deus deverá ser compreendido como adaptando-se perfeitamente também ao fato de que o Filho de Deus é Vida, ao fato de que é Palavra, ao fato de que é Verdade, ao fato de que é Caminho, ao fato de que é Ressurreição, porque todas essas designações vêm das suas obras e dos seus poderes; e nelas não há o mínimo traço de corporeidade que possa sugerir tamanho, forma ou cor. Mas porque entre nós os filhos dos homens ou de outros seres vivos correspondem à semente daqueles que os geraram ou daquelas que os formaram e nutriram em seu seio, recebendo deles tudo o que trazem ao chegar ao mundo e que portam no crescimento, é ímpio e proibido comparar com a geração dos homens e animais a geração do Filho Unigênito por Deus Pai que lhe dá o ser. É necessário que haja nesse caso algo de excepcional e digno de Deus, ao qual nada pode ser comparado nem na realidade, nem na imaginação ou pensamento, para que possa entender como Deus não gerado se torna o Pai do Filho único. Essa geração eterna e perpétua é como a radiação que vem da luz. De fato, não é por uma adoção espiritual que o Filho de Deus se torna extrínseco, mas ele o é por natureza.

5 Vejamos, porém, como o que dizemos também se apoia na autoridade das Escrituras divinas. O apóstolo Paulo diz que o Filho único é “imagem de Deus invisível” e que ele é “o primogênito de toda criação” (Cl 1,15). Escrevendo aos hebreus, diz que ele é “o brilho da glória e a figura e expressão da sua substância” (Hb 1,3). Encontramos ainda na Sabedoria atribuída a Salomão uma descrição da Sabedoria de Deus nos seguintes termos: “Ela é sopro do poder de Deus e *aporroia*, isto é, emanção puríssima da glória do Todo-poderoso”; é por isso que “nenhuma mancha se pode introduzir nela”, porque “ela é o esplendor da luz eterna e o espelho imaculado da atividade de Deus, imagem da sua bondade” (Sb 7,25ss). E nós a chamamos Sabedoria de Deus, como dissemos acima, ela que não tem seu ser substancial a não ser naquele que é o princípio de todas as coisas e do qual também ela nasceu. Ora, porque ele é essa sabedoria, ele que é por natureza o Unigênito, por essa razão é chamado de Filho único (Jo 1,18).

6 Vejamos agora como é que se deve compreender esse nome “imagem de Deus invisível” (Cl 1,15) para assim entender bem como é que Deus é chamado com razão “Pai” de seu Filho (Mt 11,27; Cl 1,3; Hb 1,5; Rm 15,6). Em primeiro lugar, consideremos o que é que os homens costumam chamar imagem. Chamamos por vezes imagem àquilo que pode ser pintado ou esculpido em algum material, como madeira ou pedra; outras vezes, chamamos imagem àquele que nasceu de quem o gerou, quando seus traços não negam em nada a semelhança entre o gerado e aquele que o gerou. Creio que o primeiro exemplo se pode aplicar àquele que foi feito “à imagem e semelhança de Deus” (Gn 1,26), o homem, o que examinaremos com mais cuidado, se Deus nos ajudar, quando formos explicar essa passagem do Gênesis.

O segundo exemplo pode se reportar à imagem que é o Filho de Deus, do qual estamos falando, inclusive segundo aquilo que é imagem invisível do invisível, tal como dizemos, segundo a Escritura, que Set, filho de Adão, é a sua imagem. De fato está escrito: “E Adão gerou Set, à sua imagem e segundo a sua aparência” (Gn 5,3). Tal imagem implica a unidade de natureza e de substância entre o pai e o filho. Ora, se “tudo o que faz o Pai do mesmo modo o faz o Filho” (Jo 5,19), enquanto o Filho faz todas as coisas tal como o Pai, a imagem do Pai se forma no Filho, que dele nasceu como um ato da sua vontade que procede da sua inteligência. Assim me

parece que a vontade do Pai deve ser suficiente para fazer existir o que o Pai quer. No seu ato de querer, não usa, com efeito, nenhum outro meio a não ser a decisão da sua vontade. É assim que o ser substancial do Filho é gerado por ele.

Todos os que não reconhecem nada de não gerado, isto é, de não nascido, a não ser Deus Pai, devem aceitar essa ideia. É preciso realmente prestar atenção para não cair nessas fábulas absurdas dos que imaginam projeções e submetem a natureza divina a partilhas, dividindo o Pai em partes; a mais leve suposição desse gênero a propósito da natureza não corporal é não somente a maior impiedade, mas até a maior loucura, pois a rigor é absolutamente impossível entender que haja divisão da natureza não corporal na sua substância. É preciso, antes, pensar que assim como a vontade procede da inteligência sem destacar nela nenhuma parte, e sem ser dela separada nem dividida, da mesma maneira se deve entender que o Pai gerou o Filho, que é verdadeiramente a sua imagem, tanto que, sendo ele mesmo invisível por natureza, ele gerou também uma imagem invisível.

O Filho é Palavra, e por essa razão não se deve conceber nele nada de sensível; ele é sabedoria, e na sabedoria não se deve suspeitar nada de corporal; “ele é a luz verdadeira que ilumina todo homem que vem a este mundo” (Jo 1,9), mas não tem nada em comum com a luz do sol. Nosso Salvador é, pois, “a imagem do Deus invisível”, o Pai (Cl 1,15); “verdade” (Jo 14,6) ele é sem dúvida para o Pai, mas, para nós, a quem ele revela o Pai, ele é “imagem”; por ela nós conhecemos o Pai, a quem “ninguém conhece a não ser o Filho e aquele a quem o Filho quis revelar” (Mt 11,27). Ele o revela quando ele mesmo é compreendido. Aquele que o compreendeu compreende também por consequência o Pai, segundo a sua própria palavra: “Quem me viu, viu também o Pai” (Jo 14,9).

7 Como, porém, citamos a palavra de Paulo falando de Cristo: “ele é o brilho da glória de Deus e a marca expressa da sua substância” (Hb 1,3), vejamos como devemos entendê-la. Segundo João (1Jo 1,5), “Deus é luz”. O Filho único é, portanto, o esplendor dessa luz, procedendo dele sem separação, como brilho dessa luz, iluminando a totalidade das criaturas (Jo 1,9). De acordo com o que explicamos acima acerca do modo como ele é o caminho que conduz ao Pai, da maneira como ele é Palavra para interpretar

os segredos da Sabedoria e os mistérios do conhecimento e mostrá-los às criaturas racionais, do modo como ele é também verdade, ou vida e ressurreição, nós devemos, por conseguinte, compreender do mesmo modo a função do brilho; é pelo brilho que se reconhece e se percebe o que é a luz em si mesma. Esse brilho se oferece aos olhos frágeis e fracos dos mortais com mais brandura e suavidade, e como que lhes ensina pouco a pouco, e os acostuma a suportar a claridade e a luz quando afasta deles tudo o que se intromete e impede a visão, segundo a palavra do Senhor: “tira a trave do teu olho” (Mt 7,5); portanto, torna-os capazes de receber a glória da luz, e desse modo também ele age como “mediador”, entre os homens e a luz (1Tm 2,5).

8 O Apóstolo, porém, não diz só “esplendor da glória”, mas “figura e expressão da sua substância” e da sua existência (Hb 1,3); por isso não me parece inútil examinar como além da substância e da existência de Deus – quer se lhe chame substância, quer subsistência – se define outra coisa, que é a “figura da substância”. Ora, não seria precisamente porque o Filho de Deus, chamado sua Palavra e sua Sabedoria, que só ele conhece o Pai e o “revela a quem ele quer” (Mt 11,27), isto é, aqueles que se tornam capazes de receber a sua Palavra e a sua Sabedoria, faz compreender e reconhecer Deus, não será por essa razão que dele se diz que é a figura e a expressão da sua substância ou subsistência? Como a Sabedoria delinea em primeiro lugar em si mesma os traços que ela quer revelar aos outros e que fazem com que eles reconheçam e compreendam Deus, ela é chamada “marca e expressão da substância de Deus”.

Para fazer compreender ainda melhor como o Salvador é representação da substância ou da subsistência de Deus, tomemos um exemplo que, sem significar completamente nem exatamente aquilo de que falamos, no entanto vamos apresentar para explicar que “o Filho, que tinha a forma de Deus, se aniquilava” (Fl 2,6-7), e quer nos mostrar, pelo seu próprio ato de se aniquilar, “a plenitude da divindade” (Cl 2,9). Vamos supor que tenha sido feita uma estátua tão grande que pudesse conter toda a terra e que devido à sua imensidão ninguém a pudesse enxergar, e que outra estátua fosse feita, em tudo parecida com a primeira, pela forma dos seus membros, os traços do rosto, o aspecto e a matéria, com exceção da imensidão do tamanho, com a finalidade de permitir àqueles que não pudessem ver a

estátua enorme de ficarem convencidos, ao verem esta, que tinham visto a primeira; ela conservaria, de fato, e sem nenhuma diferença, todos os traços dos membros e do rosto, o aspecto e a matéria; de modo análogo, o Filho, se aniquilando ao abandonar a igualdade com o Pai, e nos mostrando o caminho para conhecê-lo, tornou-se “marca impressa da figura da sua substância”; desse modo, nós, que éramos incapazes de olhar a glória da luz pura que se encontra na grandeza da divindade, alcançamos um meio de perceber a luz divina, graças à vista do brilho, porque ele se faz brilho para nós. A comparação das estátuas, no nível das coisas materiais, só a devemos admitir para mostrar que o Filho de Deus, tendo se introduzido na pequenez de um corpo humano, indicava, pela analogia dos seus atos e do seu poder, a grandeza imensa e invisível de Deus Pai, que estava nele; é o que ele dizia aos seus discípulos: “Quem me viu, viu o Pai” (Jo 14,9), e: “Eu e o Pai somos um” (Jo 10,30). É preciso entender, do mesmo modo, a expressão seguinte: “O Pai está em mim, e eu no Pai” (Jo 10,38).

9 Vejamos agora que sentido é preciso dar ao que lemos na Sabedoria de Salomão; ele diz da Sabedoria que ela é “sopro do poder de Deus, e *aporroia*, isto é, emanção puríssima da glória do Todo-poderoso, esplendor da luz eterna, espelho imaculado da atividade ou do poder de Deus e imagem da sua bondade” (Sb 7,25ss). Ao enunciar a respeito de Deus essas cinco definições, ele indica por meio de cada uma delas certos atributos próprios da sabedoria de Deus; com efeito, ele nomeia “o poder de Deus”, “a glória”, “a luz eterna”, “a atividade”, e “a bondade”. Ora, ele diz que a Sabedoria é sopro não da glória do Todo-poderoso, nem da luz eterna, nem da atividade do Pai, nem da sua bondade, porque o “sopro” não poderia ser conveniente, aplicado a nenhum desses termos; mas ele diz com perfeita exatidão que a Sabedoria é “o sopro do poder de Deus”. É preciso, pois, entender pelo poder de Deus aquilo pelo qual ele é forte, pelo qual ele institui, contém e governa todas as coisas, visíveis e invisíveis, pelo qual ele atende a todos dos quais ele toma cuidado em sua providência, e a todos os quais está como que unido. Portanto, esse sopro, ou, por assim dizer, a força de todo este poder, tão grande e imenso, existe como em um ser próprio; sem dúvida ela procede do poder como a vontade da inteligência, mas também a vontade de Deus se faz poder de Deus. Existe um segundo poder de Deus, existindo por si mesmo um poder, como diz a palavra da Escritura,

do poder primeiro e não gerado de Deus, tirando deste o que ele é: e não houve tempo em que não tivesse existido.

Porque se alguém quisesse fazer entender que primeiro ela não existiu, e que depois ela passou a existir, que explique qual a razão por que o Pai, que lhe deu existência, não o fez antes. E se fixarmos como um começo o momento em que esse sopro proveio do poder de Deus, colocaremos de novo a questão: por que não antes, esse começo assim suposto? E assim, sempre perguntando pelo que se passou antes, e sempre remontando nossas interrogações cada vez mais acima, chegaremos a compreender que, se Deus sempre pôde e quis, nunca poderia acontecer nem haveria causa para que ele não possuísse sempre o bem que queria. Isso demonstra que o sopro do poder de Deus existiu sempre sem ter outro princípio a não ser o próprio Deus. Nem convinha que houvesse outro início a não ser o próprio Deus, do qual tem o nascimento e o ser. Como, porém, o Apóstolo diz que “Cristo é o poder de Deus” (1Cor 1,24), devemos nós dizer que o sopro é o poder de Deus, mas é o poder que veio do poder.

10 Examinemos também o que quer dizer “Ela é uma emanção puríssima da glória do Todo-poderoso” (Sb 7,25). Consideremos primeiro o que é a glória do Todo-poderoso, e veremos depois o que é sua emanção. O pai não pode ser o que é se não houver filho, nem pode o senhor ser o que é sem propriedades ou servos; da mesma forma, não se pode dizer que Deus é Todo-poderoso se não houver sobre quem exerça seu poder; por isso, para que Deus se mostre Todo-poderoso, é preciso que exista o todo. Se, de fato, alguém supõe que se passaram séculos ou períodos de tempo, seja qual for o nome que se lhes dê, durante os quais aquilo que foi feito ainda não tinha sido feito, certamente mostrará que, nesses séculos ou períodos, Deus não era Todo-poderoso, e que depois ele se tornou Todo-poderoso quando começou a ter sobre quem exercer seu poder. E assim vai parecer que Deus progrediu, que ele passou do menor ao maior, se realmente não se duvida que é melhor ser onipotente do que não ser.

Não parece absurdo supor que Deus não tinha o que lhe convinha ter, e que depois progrediu até o obter? Se nunca houve tempo em que era Todo-poderoso, é preciso necessariamente que subsistisse tudo aquilo pelo qual ele é Todo-poderoso, e que sempre tivesse tido sobre quem exercer o poder,

e que governasse tudo como um rei ou príncipe. Disso falaremos mais longamente nos devidos lugares, nos quais vamos tratar das criaturas. Mas agora, já que se trata da sabedoria, creio ser necessário notar, mesmo que brevemente, de que maneira a sabedoria é uma *aporroia* ou emanção puríssima da glória do Todo-poderoso, não seja o caso que a designação de Todo-poderoso pareça anterior ao nascimento da Sabedoria pelo qual tem o nome de Pai, porque a Sabedoria, isto é, o Filho de Deus, é essa emanção puríssima da glória do Todo-poderoso. Quem tal quisesse supor que entenda o que a Escritura diz claramente: “Tudo foi feito na sabedoria” (Sb 103,24), e o que ensina o Evangelho: “Tudo foi feito por ele e sem ele nada foi feito” (Jo 1,3). Que compreenda, pois, que a designação de Todo-poderoso não pode ser em Deus anterior à de Pai: pois é pelo Filho que o Pai é Todo-poderoso.

Mas porque a Escritura diz que há uma glória do Todo-poderoso da qual a Sabedoria é uma emanção, é preciso compreender que a Sabedoria também está associada à glória da onipotência, pela qual se diz que Deus é Todo-poderoso. Pela Sabedoria, Cristo, possui Deus o domínio sobre todas as coisas, não só pela sua autoridade de dominador, mas, ainda, pela submissão espontânea dos súditos. E para que se saiba que a onipotência do Pai e a do Filho são uma e a mesma, tal como ele é um e o mesmo com o Pai, Deus e Senhor, escuta o que João diz sobre isso no Apocalipse: “Eis o que diz o Senhor, aquele que é, que era e que virá, o Todo-poderoso” (Ap 1,8). Aquele que virá pode ser outro a não ser Cristo? Da mesma forma que ninguém deve se espantar que o Salvador seja Deus, já que o Pai é Deus, assim também sendo o Pai Todo-poderoso, ninguém deve se admirar que também se diga do Filho de Deus que ele é onipotente. De modo semelhante, é verdadeiro o que ele mesmo diz ao Pai: “Todas as coisas que são minhas são tuas, o que é meu é teu, e todas as coisas que são tuas são minhas e nelas sou glorificado” (Jo 17,10). Se verdadeiramente tudo o que é do Pai é de Cristo, e entre o que é do Pai está a onipotência, sem dúvida o Filho Único deve ser onipotente, para que tudo o que tem o Pai também o Filho tenha. “E sou glorificado neles”, ele diz; com efeito, “ao nome de Jesus todo joelho se curvará nos céus, na terra e nos infernos e toda língua confessará que Jesus é o Senhor na glória de Deus Pai” (Fl 2,10-11). Portanto, a própria sabedoria de Deus é uma emanção pura e límpida da

glória de Deus enquanto ele é Todo-poderoso, e ela é glorificada como emanção da sua onipotência ou da sua glória.

Para compreender mais claramente o que é a glória da onipotência, acrescentemos ainda o seguinte. Deus Pai é Todo-poderoso porque ele possui o domínio sobre todas as coisas, o céu e a terra, o sol e a lua, as estrelas e tudo o que neles se contém. Ele exerce esse domínio pela sua palavra, pois que “ao nome de Jesus todo joelho se curvará entre os seres celestes, terrestres e dos infernos”. Ora, se todo joelho se dobra diante de Jesus, sem dúvida “tudo está submetido a Jesus” (1Cor 15,27), e é ele que exerce o domínio sobre tudo e por quem tudo está submetido ao Pai: tudo está submetido não por força e necessidade, mas por meio da Sabedoria, isto é, pela Palavra e pela Razão. É por isso que a sua glória está no próprio fato de que todas as coisas estão em suas mãos; e essa é a glória puríssima e límpidíssima da onipotência, quando pela razão e pela sabedoria, e não pela força ou pela obrigação, todas as coisas estão submetidas. Dizemos adequadamente que a glória da sabedoria é muito pura e límpida para a distinguir daquela que é chamada glória mas não o é de forma pura nem correta. Toda a natureza que é variável e pode mudar, mesmo que seja glorificada pelas obras da justiça e da sabedoria, pelo fato mesmo de que ela possui a justiça e a sabedoria de modo accidental, e que o que é accidental pode decair, não pode ter uma glória autêntica nem límpida. Mas à sabedoria de Deus, se Filho Único, que em tudo é invariável e imutável, possuindo todo bem de modo substancial, sem possibilidade de mudança ou de alteração, pode, por essas razões, atribuir-se uma glória pura e autêntica.

11 Em terceiro lugar, a Sabedoria é chamada de esplendor da luz eterna: já explicamos acima a força dessa expressão, quando falamos da comparação com o sol e do esplendor dos seus raios e, na medida da nossa capacidade, demonstramos como se devia compreender. Vamos apenas acrescentar um adendo. Aplicamos com exatidão o termo *perpétuo*, ou *eterno*, ao que não começou a existir e que não deixará de ser o que é. Foi o que exprimiu João quando disse “Deus é luz” (1Jo 1,5). A Sabedoria de Deus é de fato a irradiação da sua luz, não só como luz, mas como essa luz é eterna; assim a Sabedoria é, ao mesmo tempo, eterna e a irradiação da sua eternidade. Se se compreende bem isso, é claro que o ser substancial do

Filho deriva do próprio Pai, mas de uma maneira que não é temporal, e sem nenhum começo a não ser o próprio Deus.

12 Mas a Sabedoria é ainda chamada “o espelho imaculado da *energeias*, isto é, da atividade divina”. Primeiro precisamos entender o que é essa atividade do poder de Deus. É por assim dizer uma força com a qual o Pai age quando cria, quando cuida, ou julga, ou dispõe e governa cada coisa a seu tempo. Assim como todos os movimentos e gestos de quem olha num espelho produzem uma imagem que se move e que age com os mesmos movimentos e os mesmos gestos, sem nenhuma alteração, assim a Sabedoria quer ser entendida quando é chamada de espelho imaculado do poder e da ação do Pai. Assim o Senhor Jesus Cristo, sabedoria de Deus, fala de si mesmo quando diz: “As obras que o Pai realiza o Filho as faz também” (Jo 5,19). E acrescenta: “O Filho não pode fazer nada por si mesmo, se não vê que o Pai o está fazendo”. O Filho não se distingue e não difere em nada do Pai pelo poder das suas obras, e a obra do Filho não é outra senão a do Pai, mas em tudo, por assim dizer, um só movimento. Por isso o Filho é chamado um espelho sem mancha, para fazer compreender que não há nenhuma dessemelhança entre o Pai e o Filho. Alguns dizem que é por uma similitude ou imitação, como do mestre pelo discípulo, ou dizem que o Filho executou na matéria corporal o que o Pai já formara nas substâncias espirituais – mas como podem assim concordar com o Evangelho que não diz que o Filho faz obras semelhantes, mas que de modo semelhante faz as mesmas coisas?

13 Resta-nos procurar o que é “a imagem da sua bondade”: convém dar-lhe, me parece, o mesmo sentido que expressamos antes a propósito da imagem que se forma no espelho. O Pai é, sem nenhuma dúvida, a primeira bondade; dela nasceu o Filho, que é, em todas as coisas, a imagem do Pai; portanto, é adequadamente que o chamamos imagem da bondade. Não há, de fato, no Filho outra bondade a não ser a que está no Pai. Por isso é que o Salvador diz, com razão, no Evangelho: “Ninguém é bom a não ser um só: o Pai” (Mc 10,18). Pelo que devemos entender que o Filho não tem outra bondade, a não ser somente a que está no Pai. E com todo o direito é chamado sua imagem, porque ele não vem de outro lugar a não ser dessa mesma bondade originante, para que não se veja no Filho outra bondade a não ser a que está no Pai, e não uma bondade dessemelhante ou diferente.

Por isso a frase: “Ninguém é bom a não ser um só, Deus Pai” (Mc 10,18) não deve soar como se fosse blasfêmia, como se nela víssemos uma negação da bondade de Cristo ou do Espírito Santo; mas, tal como dissemos antes, é preciso atribuir ao Pai a bondade originante, da qual o Filho é nascido e o Espírito Santo procede, reproduzindo certamente em suas naturezas a bondade dele, que é a fonte de onde o Filho nasce e o Espírito Santo procede.

Se na Escritura o termo bom se aplica a outros seres, quer seja um anjo, ou homem, ou criado, ou tesouro, ou um bom coração ou uma boa árvore, tudo isso é dito em sentido amplo, de uma bondade que o é por acidente, não substancialmente.

Seria um trabalho considerável, para outra obra e outra ocasião, reunir todas as denominações, por exemplo: as de Luz verdadeira, Porta, Justiça, Santificação, Redenção e grande número de outras, e delas expor as causas, os valores, os sentimentos pelos quais elas designam o Filho. Mas nos contentamos com o que deixamos exposto, e passamos a outro assunto.

3. Espírito Santo

1 Continuando agora, vamos procurar o que brevemente podemos dizer do Espírito Santo. Todos aqueles que, de algum modo, creem que existe uma Providência confessam um Deus não gerado que criou e governa todas as coisas, e reconhecem que ele é o Pai do universo. Que há um Filho não somos nós os únicos a afirmar, embora isso pareça estranho e incrível para os que são considerados filósofos, tanto gregos como de outras nações. Contudo, essa doutrina parece ser difundida até por alguns deles, quando asseguram que tudo foi criado pela Palavra ou pela Razão de Deus. Mas nós, que temos fé na doutrina dele, que é para nós certamente inspirada por Deus, acreditamos que não é possível falar do Filho de Deus de maneira mais evidente e mais divina e dela dar conhecimento aos homens a não ser somente por meio da sua Escritura, inspirada pelo Espírito Santo, isto é, o Evangelho e os escritos apostólicos, e também a Lei e os Profetas, como o próprio Cristo afirmou. Quanto ao ser substancial que é o Espírito Santo, ninguém pode ter dele a menor noção, a não ser aqueles que conhecem a Lei e os Profetas, ou que professam a fé em Cristo. Pois, embora ninguém possa dignamente falar de Deus Pai, é contudo possível adquirir alguma

compreensão dele a partir das criaturas visíveis e do que a inteligência humana capta naturalmente, o que pode ser confirmado pelas Santas Escrituras. E quanto ao Filho de Deus, se bem que ninguém conheça o Filho a não ser o Pai, a mente humana apreende, contudo, das divinas Escrituras, não só pelo Novo Testamento, mas, ainda, pelo Antigo, o que é preciso pensar sobre ele, relacionando a Cristo, de modo figurado, as ações dos santos, que nos dão a conhecer a natureza divina e também a natureza humana que ele assumiu.

2 Numerosas passagens das Escrituras nos ensinam que há um Espírito Santo. Assim Davi no Salmo 50: “não me retires teu Espírito Santo”; e Daniel: “O Espírito Santo que está em ti” (Dn 4,8). Abundantes testemunhos do Novo Testamento nos ensinam, quando relatam que o Espírito Santo desceu sobre Cristo (Mt 3,16) e quando o Salvador soprou sobre os apóstolos depois da Ressurreição lhes dizendo: “Recebei o Espírito Santo” (Jo 22,22). A Maria o anjo anunciou: “O Espírito Santo virá sobre ti” (Lc 1,35). Paulo ensina: “Ninguém pode dizer Jesus Cristo se não for pelo Espírito Santo” (1Cor 12,3). E, nos Atos dos Apóstolos, pela imposição das mãos dos apóstolos, o Espírito Santo era dado no batismo (At 8,18). Tudo isso nos ensina a grande autoridade e dignidade que tem o Espírito Santo enquanto ser substancial, de tal modo que o batismo da salvação não pode ser realizado a não ser pela altíssima autoridade da Trindade, isto é, pela invocação do Pai, do Filho e do Espírito Santo; e assim ao Pai não gerado e ao seu único Filho se associa o nome do Espírito Santo. Não é de se espantar de quanta seja a majestade do Espírito Santo, quando se vê que “aquele que fala mal do Filho do Homem poderá esperar perdão, mas aquele que blasfemar contra o Espírito Santo não terá perdão nem nesse mundo nem no outro” (Mt 12,32)?

3 Tudo foi criado por Deus e não há ser que não tenha recebido dele a sua existência: o que é comprovado por numerosas passagens de toda a Escritura e permite refutar e rejeitar as falsas afirmações de alguns, tanto a respeito da matéria coeterna com Deus como das almas que seriam não geradas, tendo Deus posto nelas não tanto a existência quanto a qualidade e ordenamento da vida. Porque, no pequeno livro do Pastor, o anjo da penitência, redigido por Hermas, está escrito: “Crê antes de mais que há um só Deus que tudo criou e ordenou; que, quando nada existia, tudo fez; que

contém todas as coisas e não é contido por nenhuma. Encontram-se afirmações semelhantes no Livro de Enoque. Mas, até o presente, não podemos encontrar nas Santas Escrituras nenhuma palavra dizendo que o Espírito Santo fosse feito ou criado, nem sequer daquele modo que acima ensinamos. Salomão falou da Sabedoria, ou, segundo as explicações que nós demos, da Vida, da Palavra e das outras denominações do Filho de Deus. O Espírito de Deus que se movia sobre as águas no princípio da criação do mundo, tal como está escrito, não creio que seja outro senão o Espírito Santo, tal como posso compreender, e mostramos ao expor essa passagem^[8] não conforme à narrativa, mas segundo a compreensão espiritual.

4 Alguns dos nossos predecessores observaram a propósito do Novo Testamento que, nos lugares onde o Espírito é designado sem um adjetivo indicando de que espírito se trata, é preciso entender o Espírito Santo. Por exemplo: “O fruto do Espírito é a caridade, a alegria, a paz etc.” (Gl 5,22); e, da mesma forma: “Embora tendo começado no Espírito, concluí agora pela carne” (Gl 3,3). Pensamos que essa distinção também pode ser aplicada ao Antigo Testamento. Por exemplo: “Aquele que dá o Espírito ao povo que está sobre a terra e o Espírito aos que a pisam” (Is 42,5). Sem dúvida, aquele que pisa a terra com os pés, isto é, o que é terrestre e corporal, participa do Espírito Santo, recebendo-o de Deus. Um sábio hebreu dizia que os dois serafins que Isaías descreve com seis asas, e que dizem em alta voz um ao outro: “Santo, Santo, Santo é o Senhor Deus Sabaoth” (Is 6,3), devem ser entendidos como sendo o Filho Único e o Espírito Santo. Pensamos que, do mesmo modo, deve-se aplicar a Cristo e ao Espírito Santo o que é dito no Cântico de Habacuc: “No meio dos dois vivos, ou de duas vidas, serás conhecido” (Hab 3,2). Todo o conhecimento sobre o Pai pela revelação do Filho é conhecido no Espírito Santo, de tal modo que um e outro, chamados pelo profeta vivos ou vidas, são os fundamentos da ciência a respeito de Deus Pai. Tal como é dito do Filho: “Que ninguém conhece o Pai a não ser o Filho e aquele a quem o Filho o revelou” (Mt 11,27; Lc 10,22), assim o Apóstolo fala do Espírito Santo ao dizer: “Deus se revelou a nós pelo seu Espírito: porque o Espírito tudo penetra, mesmo as profundezas de Deus” (1Cor 2,10). Mas, outra vez no Evangelho, o Salvador, mencionando as doutrinas divinas mais profundas, que seus discípulos ainda não podiam entender, assim disse aos apóstolos:

“Tenho ainda muito a vos dizer, mas que, por enquanto, ainda não podeis compreender; assim que vier o Espírito Santo Paráclito, que do Pai procede, ele vos ensinará todas as coisas, e vos lembrará aquilo que eu vos disse” (Jo 16,12-13). É preciso, portanto, pensar que, assim como o Filho, que só ele conhece o Pai, e o revela a quem quer, assim o Espírito Santo, que só ele penetra as alturas de Deus, revela Deus a quem quer.

Não se deve, pois, pensar que o Espírito também conhece pela revelação do Filho. De fato, se o Espírito Santo conhecesse o Pai pela revelação do Filho, ele passaria da ignorância ao conhecimento, o que é realmente ímpio e tolo, pois reconhecera o Espírito Santo, mas lhe atribuiria a ignorância. De fato, não era antes algo distinto do Espírito Santo, que progrediu até chegar a ser o Espírito Santo. É como se nos atrevêssemos a dizer que então, quando ele não era o Espírito Santo, ignorava o Pai, que depois que recebeu o conhecimento dele se tornou o Espírito Santo; pois, se assim fosse, nunca tal Espírito Santo poderia ser considerado na unidade da Trindade – isto é, na imutabilidade do Pai e do seu Filho – a não ser que ele mesmo sempre tenha sido o Espírito Santo. Empregamos estes termos, “sempre” e “tenha sido”, ou qualquer outro termo, com significado temporal, mas é preciso tomá-los de modo simples e com ressalvas, pois, mesmo que sejam palavras com significados temporais, exprimindo as coisas de que falamos num discurso de tipo temporal, ultrapassam por sua natureza toda compreensão do sentido temporal.

5 Parece correto investigar quais são as causas pelas quais quem é regenerado por Deus para a sua salvação precisa do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo, não podendo ser salvo senão por toda a Trindade, e por que não se pode participar do Pai ou do Filho sem o Espírito Santo. Discutindo tais coisas, sem dúvida seria preciso atribuir uma ação especial ao Espírito Santo, e também especial ao Pai e ao Filho. Penso, pois, que a ação do Pai e do Filho se exerce tanto sobre os santos como sobre os pecadores, sobre os homens racionais e sobre os animais mudos, e mesmo sobre aqueles que não têm alma, absolutamente sobre tudo o que existe. A ação do Espírito Santo não se estende de nenhum modo sobre os que não têm alma, nem sobre aqueles que, tendo alma, são mudos; nem sequer se encontra naqueles que, sendo racionais, estão do lado do mal e de nenhum modo se voltam para as coisas melhores. Julgo que a ação do Espírito Santo só se exerce

sobre aqueles que se voltam para o bem e caminham nas vias de Jesus Cristo, isto é, aqueles que agem no bem e permanecem em Deus.

6 Uma vez que a ação do Pai e do Filho se exerce sobre os santos e sobre os pecadores, ela se manifesta em todos os seres racionais que participam na Palavra de Deus, isto é, na Razão, e por isso geram e levam consigo como que as sementes da Sabedoria e da Justiça, que é Cristo. Daquele que verdadeiramente é, e que disse por Moisés: “Eu sou o que é” (Ex 3,14), todos os seres trazem participação. Essa participação do Pai chega a todos, justos ou pecadores, seres racionais e não racionais, e absolutamente a tudo o que existe. O apóstolo Paulo mostra de certo que todos têm participação em Cristo, quando diz: “Não digas no teu coração: quem subirá ao céu, isto é, para fazer descer Cristo? Ou: quem descerá ao abismo, isto é, para chamar Cristo dos mortos? Mas o que diz a Escritura: a Palavra está perto de ti, na tua boca e no teu coração” (Rm 10,6-8). Por aqui se significa que Cristo está em todos os corações por ser Palavra e Razão, por cuja participação os seres são racionais. O texto do Evangelho: “Se eu não tivesse vindo e não lhes tivesse falado, eles não teriam pecado, mas agora não têm desculpas para seu pecado” (Jo 15,22); para os que sabem explicar até quando o homem não tem pecado, e a partir de que idade fica submetido ao pecado, é evidente e claro como pela participação na Palavra e na Razão se diz que os homens podem pecar, isto é, a partir do momento em que se tornaram capazes de compreensão e de conhecimento, quando a razão, posta no interior deles mesmos, trouxe o discernimento do bem e do mal. Quando começaram a saber o que é o mal, se o fazem tornam-se culpados de pecado. É isso que quer dizer: “Os homens não têm desculpa do seu pecado: a palavra ou razão divina começou a lhes mostrar no coração o discernimento do bem e do mal, para que assim pudessem escapar ao mal e se proteger contra ele; quem conhece o bem e não o faz, diz ele, tem o pecado (Tg 4,17). Assim também nenhum homem está fora da comunhão com Deus, e desse modo ensina o Evangelho pela boca do Salvador: o reino de Deus, quando vem, não se deixa observar, e não se diz: está aqui ou ali; mas o reino de Deus está dentro de vós (Lc 17,20-21). É preciso ver se não se encontra o mesmo significado nessa palavra do Gênesis: “Ele soprou no seu rosto um sopro de vida e o homem foi feito uma alma viva” (Gn 2,7). Se se entende que isso foi dado a todos os homens em geral, todos os homens têm participação em Deus. Mas se essa

palavra deve entender-se do Espírito de Deus, já que o próprio Adão, segundo parece, o profetizou de alguns, não a podemos aplicar de modo geral, mas somente a alguns eleitos.

7 Enfim, nos tempos do dilúvio, quando todo o ser carnal pervertera o caminho de Deus, está escrito que Deus disse como se se tratasse de indignos e pecadores: “O meu Espírito não ficará com esses homens para sempre, pois são carnis” (Gn 6,3). Isso manifesta claramente que o Espírito de Deus se afasta de todos os indignos. Também está escrito nos *Salmos*: “Tu lhes tirarás teu Espírito, e eles se enfraquecerão e retornarão à sua terra. Enviarás a eles o teu Espírito e serão criados e renovarás a face da terra” (Sl 103,29-30). Isso se aplica claramente ao Espírito Santo, a fim de que, quando são retirados e destruídos os pecadores e os indignos, ele mesmo crie um novo povo e renove a face da terra, quando, com a graça do Espírito, eles, deixando o homem velho e as suas ações, se conduzirão daí em diante segundo uma vida nova. Por isso se diz com razão que o Espírito Santo habita não nos que são carnis, mas naqueles com os quais a terra foi renovada (Sl 103,30). O Espírito Santo era, por essa razão, transmitido pela imposição das mãos dos apóstolos, depois da graça e da renovação trazidos pelo batismo (At 8,18; Tt 3,5). O próprio Salvador – depois da ressurreição, quando as antigas realidades já tinham passado e que tudo tinha sido feito de novo (2Cor 5,17), porque ele mesmo era o homem novo (Ef 2,15) e o primeiro a renascer dos mortos (Cl 1,18) – disse aos seus apóstolos, igualmente renovados pela fé na ressurreição: “Recebei o Espírito Santo” (Jo 20,22). É certamente o que nosso Senhor e Salvador indicava no Evangelho quando repudiava que o vinho novo fosse posto em odres velhos, mas ordenava que esses odres se fizessem novos (Mt 9,17), isto é, quando prescrevia aos homens uma conduta conforme essa vida nova (Rm 6,4), para que pudessem receber o vinho novo, quer dizer, a novidade da graça do Espírito Santo.

Dessa maneira, a ação do poder de Deus, Pai e Filho, se estende sem distinção a toda criatura, mas achamos que só os santos possuem a participação no Espírito Santo. É por isso que está dito: “Ninguém pode dizer – Jesus é o Senhor – a não ser no Espírito Santo” (1Cor 12,3). E somente uma vez os apóstolos mereceram ouvir: “Recebereis o poder quando o Espírito Santo vier sobre vós” (At 1,8). Por isso é que acho

correto que aquele que pecou contra o Filho do Homem seja digno de perdão, porque aquele que participa da Palavra, ou da razão, se deixar de viver racionalmente, será tido como quem caiu na ignorância ou na tolice e que pode, portanto, merecer perdão; mas aquele que já foi digno de participar no Espírito Santo e voltou atrás é considerado como tendo, pelo próprio fato da sua ação, blasfemado contra o Espírito Santo.

Ninguém pense que, ao dizer que o Espírito Santo é concedido aos eleitos enquanto os benefícios e ações do Pai e do Filho chegam até os bons e os maus, os justos e os injustos, nós colocamos o Espírito Santo acima do Pai e do Filho e lhe atribuímos uma dignidade mais alta: dizer isso seria algo inconsequente. O que nós descrevemos foi o caráter próprio da sua graça e da sua ação. Mais ainda: na Trindade, não se pode falar de maior ou menor, pois que uma única fonte de divindade mantém o universo pela Palavra e Razão, e santifica pelo Espírito da sua boca tudo o que é digno de santificação tal como está escrito no Salmo: “Pela palavra do Senhor os céus foram estabelecidos e pelo Espírito da sua boca todo o seu poder” (Sl 32, 6). Ela é, portanto, uma operação principal de Deus Pai além daquela pela qual concede a todos os seres existir conforme a natureza. Há também um ministério principal do Senhor Jesus Cristo para aqueles a quem ele confere ser racionais por natureza, pelo qual lhes concede que sejam bem naquilo para que existem. Há ainda outra graça do Espírito Santo atribuída àqueles que dela são dignos, pelo ministério de Cristo, pela ação do Pai segundo o mérito dos que se tornaram capazes. É o que indica muito claramente o apóstolo Paulo, mostrando que há uma só e a mesma potência na Trindade, quando diz: “Há diferenças nos dons, mas o Espírito é o mesmo; há distinções nas ações, mas é um mesmo o Deus que faz todas as coisas em todos. A cada um é dado manifestar o Espírito conforme o que é conveniente” (1Cor 12,4-7). Assim ele explica com clareza que, na Trindade, não há nenhuma separação, mas que o que é chamado dom do Espírito vem do ministério do Filho e é operado por Deus Pai: “É tudo obra de um só e mesmo Espírito, repartindo a cada um conforme quer” (1Cor 12,11).

8 Feitas, pois, essas colocações acerca da unidade do Pai e do Filho com o Espírito Santo, voltemos ao assunto que tínhamos começado a discutir. Deus Pai dá a todos os seres a existência, mas a participação de

Cristo segundo a palavra ou pela razão é o que os faz racionais. Segue-se daí que eles são dignos de louvor ou de culpa porque são capazes de virtude, ou de maldade. Em consequência, vem a graça do Espírito Santo, pois já que por natureza não são santos pela participação nela se tornam santos. De fato, receberam em primeiro lugar do Pai a existência, depois a racionalidade pela Palavra, em terceiro lugar a santidade pelo Espírito Santo; e os que foram santificados pelo Espírito Santo tornam-se, por sua vez, capazes de receber Cristo como justiça de Deus (1Cor 1,30); e os que mereceram chegar a esse grau pela santificação recebida do Espírito Santo obtêm ainda o dom da sabedoria pelo poder da ação do Espírito Santo. Penso que é o que Paulo afirma quando diz que a alguns é dada a palavra da sapiência, a outros, a palavra do conhecimento segundo o mesmo Espírito (1Cor 12,8). E, designando cada uma das variedades de dons, refere todas elas à fonte universal, quando diz: “São diferentes as operações, mas é um só o Deus que em tudo age em todas elas” (1Cor 12,6). Por onde a ação do Pai que dá existência a todos aparece mais brilhante e mais magnífica quando cada um, ao participar em Cristo no que ele é sabedoria, e no que é conhecimento e santificação, se aperfeiçoa e sobe em seu progresso a graus superiores. Santificado pela participação no Espírito Santo, torna-se cada vez mais puro e íntegro, recebe mais dignamente a graça da sabedoria e o conhecimento, repudiando todas as manchas de impureza e ignorância, e delas expurgado chega a tal progresso na pureza e na integridade que o que recebeu de Deus como existência chega a ser digno de Deus que dá o ser de maneira pura e perfeita; e tão digno se torna o que existe como aquele que lhe deu tal ser. Assim, aquele que é como o quer quem o criou compreenderá pela ação de Deus que seu poder existe para sempre e permanece para sempre. Para que isso se produza e para as criaturas aderirem sem fim e sem separação possível àquele que é, a obra da sabedoria é ensiná-los e conduzi-los à perfeição pelo Espírito Santo que os confirma e continuamente os santifica, única condição possível para que recebam Deus. Desse modo, a ação contínua do Pai, do Filho e do Espírito Santo sobre nós é exercida em cada um dos graus de progresso, apenas alcançando, eventualmente, uma intuição da vida santa e feliz; nela, se lá chegarmos após muitas lutas, deveremos permanecer sem nunca ser saciados por esse bem, mas, quanto mais dessa felicidade recebermos, mais o desejo de a possuir se ampliará e aumentará em nós ao captarmos e alcançar cada vez com maior ardor o Pai, o Filho e o Espírito Santo.

Porém, se alguma vez algum dos que foram constituídos no mais alto grau de perfeição for tomado pela saciedade, não me parece que ele vá deixá-la de repente, ou que cairá de vez, mas por partes e pouco a pouco; pode acontecer, no caso de uma breve queda, que logo se recupere e retorne a si mesmo; não é, portanto, um desastre completo, mas pode voltar sobre os seus passos até o estágio anterior, restabelecendo o que perdera pela sua negligência.

4. A degradação e a queda

1 Para explicar essa degradação ou queda dos que se comportaram com negligência, vamos utilizar uma comparação que não parece absurda. Suponhamos que alguém tenha adquirido pouco a pouco certa competência ou habilidade, como a geometria ou a medicina, até chegar à perfeição, formando-se demoradamente pelo ensinamento que recebeu e pela prática, até possuir completamente a dita disciplina – não lhe pode com certeza acontecer que seja perito ao adormecer e acorde ignorante. Não é agora o momento de evocar ou de recordar os acidentes que podem acontecer em virtude de lesão ou de fraqueza física, que não vêm a propósito para esse tipo de exemplo ou comparação. Conforme o que propusemos, esse geômetra ou médico, enquanto se prepara na sua ciência e se exercita nos métodos, conserva o conhecimento da disciplina; mas, se não a exerce e se negligencia a prática, vai esquecendo e perdendo umas poucas coisas, e depois outras mais numerosas, e, desse modo, ao fim de muito tempo, tudo se vai no esquecimento e desaparece completamente da memória. Pode certamente acontecer que, quando a decadência está no início e a falta de prática pouco o desgastou, que se recomponha, retome as coisas recentemente esquecidas, e lembre o que tinha deixado por um descuido ainda restrito. Apliquemos agora o que dissemos àqueles que se entregam ao conhecimento e à sabedoria de Deus, cujo saber e prática ultrapassam incomparavelmente todas as restantes disciplinas, e, conforme a comparação proposta, consideremos o que é a aquisição desse conhecimento e o que é a sua perda, sobretudo quando entendemos o que o Apóstolo diz dos perfeitos, que, face a face, contemplarão a glória de Deus, tendo desvelado os mistérios.

2 Tratamos desse assunto, ainda que brevemente, porque vinha a propósito do que dizíamos sobre os benefícios que recebemos do Pai, do Filho e do Espírito Santo, a Trindade que é a fonte da santidade; ao expor a questão, fizemos uma digressão, tocando de leve o problema da alma porque se apresentou alguma proximidade ao falar da natureza racional. Mas, em certo lugar, trataremos com mais oportunidade esse tema, ao falarmos de todas as naturezas racionais, que se dividem em três gêneros e espécies – se Deus no-lo conceder, por Jesus Cristo e o Espírito Santo.

3 A esse poder bem-aventurado e que é soberano (*archikéén*) sobre todas as coisas nós chamamos Trindade. É o Deus bom e o benigno Pai de todas as coisas, ao mesmo tempo *euergetikèè dynamis* (poder benfazejo) e *deemiourgikée* (demiúrgico), isto é, o que faz o bem, cria e providencia. É absurdo, e ao mesmo tempo ímpio, pensar que, nem que fosse por um instante, os poderes de Deus poderiam estar inoperantes. Nem de longe se deve suspeitar que esses poderes, que antes de mais permitem pensar dignamente a respeito de Deus, tenham permanecido imóveis e tenham cessado, por um momento que fosse, de produzir obras que são dignas dele. Com efeito, não se pode pensar que, estando em Deus, ou melhor, sendo Deus, elas tenham sido impedidas, por algo de fora delas, ou, ao contrário, que, sem encontrar obstáculos, tenham tido preguiça de agir e de produzir obras dignas delas, ou tenham negligenciado fazê-lo. É por isso que não se pode acreditar que tenha havido nem um só momento em que esse poder benfazejo não tenha feito o bem. Portanto, ele sempre teve beneficiários dos seus produtos e das suas criações, e, na sua benfeitoria, distribui os benefícios de modo ordenado e segundo os méritos em virtude da sua providência. Por conseguinte, parece que não houve nenhum momento em que Deus não tenha sido criador, benfeitor e providente.

4 Mas, nesse ponto, a inteligência humana fica abalada e constrangida, incapaz de entender como é que, uma vez que Deus sempre existe, também as criaturas tenham subsistido por assim dizer sem começo, quando, por outro lado, é preciso, sem dúvida, acreditar que elas foram feitas e criadas por Deus. Como sobre essa questão lutam entre si os pensamentos e as inteligências humanas, apresentando-se argumentos muito razoáveis e fortes de parte a parte, e, vendo-os, cada um os força para o seu lado, nos ocorreu, de nossa parte, embora possamos compreender apenas de

modo limitado e breve, aquilo que sem perigo para a fé se pode confessar: Deus Pai sempre existiu, e sempre também seu Filho Único, ao qual chamamos Sabedoria, conforme expressamos acima. Essa Sabedoria é aquela que sempre alegrava Deus quando ele concluiu o mundo – para que entendamos por aqui que Deus sempre se alegra. Nessa Sabedoria, portanto, que estava sempre com o Pai, estava a criação sempre presente, tal como descrita e formada, e nunca houve momento em que a prefiguração daquilo que havia de vir não se encontrasse na Sabedoria.

■ Assim, malgrado a nossa fraqueza, parece que pensamos piedosamente a respeito de Deus, sem aceitar que as criaturas sejam não geradas e coeternas com Deus, nem, ao contrário, que Deus, nada tendo feito de bem anteriormente, em certo momento tenha mudado e se tenha posto a fazer o bem: pois esta palavra da Escritura é verdadeira: “Tudo tu fizeste na Sabedoria” (Sl 103,24). Se tudo, absolutamente, foi feito na Sabedoria, e como a Sabedoria sempre existiu, tudo o que à continuação foi feito substancialmente se encontrava na Sabedoria prefigurado e pré-formado. Era o que Salomão pensava e entendia, me parece, quando dizia no Eclesiastes: “O que é que foi feito? Aquilo que será. E o que é que foi criado? Aquilo mesmo que vai ser criado. Não há nada de novo sob o sol. Se alguém se põe a dizer: eis o que é novo – isso já existiu nos séculos que nos precederam” (Ecl 1,9-10). Se, portanto, cada coisa que está debaixo do sol já existiu nos séculos que nos precederam, pois que nada há de novo sob o sol, sem dúvida nenhuma todos os gêneros e espécies sempre existiram, e talvez mesmo os indivíduos. De todo modo, é verdade o que fica demonstrado: Deus não começou um dia a ser criador, como se não o tivesse sido antes.

5. As naturezas racionais

1 ■ Depois desta breve dissertação que, na medida das nossas forças, expusemos acerca do Pai, do Filho e do Espírito Santo, convém falar a seguir um pouco sobre as naturezas racionais e as suas espécies, as diferentes ordens e funções dos poderes santos e dos malignos, e também dizer algumas poucas coisas sobre os que estão de algum modo entre os bons e os maus poderes, e se encontram em situação de luta e de combate. Nas Santas Escrituras, lemos numerosos nomes para designar certas ordens

e funções, tanto dos santos como das potências contrárias: vamos enumerá-las e, na medida do possível, procuraremos discutir seu significado.

Existem santos anjos de Deus que Paulo chama “os espíritos encarregados dos ministérios a favor daqueles que herdarão a salvação” (Hb 1,14). O mesmo venerável Paulo enumera alguns cuja origem desconheço: “Tronos e Dominações, Principados e Potências” (Cl 1,16) e, depois de as ter enumerado, pensando que além dessas há outras, e também outras funções e outras ordens de seres racionais, ele diz do Salvador que ele está acima de “todo Principado, Potência, Virtude e Dominação e sobre todo nome que seja dito não somente neste mundo, mas também no futuro” (Ef 1,21). Por aí ele mostra seguramente que, além daqueles que celebrou e que são nomeados neste mundo, ainda há outros que não foram nomeados, nem talvez entendidos por ninguém; e outros que nem são deste mundo, mas o serão no futuro.

2 É preciso a seguir saber que tudo o que é racional e se afasta dos limites e dos decretos da razão certamente cai no pecado, pela desobediência àquilo que é reto e justo. Assim, toda criatura racional é suscetível de receber louvor ou acusação: louvor se, seguindo a razão que há nela, progride para o que é melhor; acusação se se afasta da regra de conduta do bem; é por isso que ela é justamente submetida aos castigos e suplícios. É assim que se deve pensar a respeito do próprio diabo e daqueles que o seguem e são chamados os seus anjos. Vamos então expor os seus nomes, para que se saiba do que é que vamos falar.

Os nomes de Diabo, Satã e Maligno são empregados em muitas passagens da Escritura para designar aquele que é descrito como o inimigo de Deus. Fala-se também dos “anjos do diabo” (Mt 25,41) e do príncipe deste mundo (Jo 12,31), termo do qual não se pode ainda dizer com clareza se se aplica ao diabo ou a outro. Há os Príncipes deste mundo cuja sabedoria será destruída (1Cor 2,6); não me parece fácil definir se esses príncipes são os mesmos que os “Principados contra os quais devemos lutar” (Ef 6,12) ou se são outros. Depois desses principados, são citadas certas Potências contra as quais devemos lutar e travar combate, mas também o devemos fazer contra os “Príncipes deste mundo e os que governam as trevas”. Paulo nomeia ainda os espíritos de maldade no espaço. E que dizer

dos espíritos malignos e dos demônios impuros de que falam os Evangelhos (cf. Lc 7,21; Mt 10,1)? Há ainda seres que são chamados com um nome semelhante – os celestes –, mas deles se diz que dobram o joelho, ou devem dobrar-se ao nome de Jesus (Fl 2,10), como também os terrestres e os dos infernos, que Paulo enumera por essa ordem.

Neste contexto em que discutimos as naturezas racionais, não podemos deixar de falar de nós, os homens, que seguramente somos chamados também animais racionais; não se pode passar em silêncio que diversas ordens são nomeadas entre nós, os homens, quando se fala da parcela do Senhor, de Jacó, seu povo, de Israel, parcela da sua herança (Dt 32,9), e que as outras nações são chamadas a parte dos anjos, porque, quando o Altíssimo dividia as nações e dispersava os filhos de Adão, fixou as fronteiras dos povos segundo o número dos anjos de Deus (Dt 32,8). E é por isso que é preciso examinar a questão da alma humana junto com as outras naturezas racionais.

3 Uma vez que são mencionados tantos e tão notáveis nomes de ordens e de funções designando certamente seres substanciais, é preciso perguntar se Deus, autor e criador de todos eles, fez alguns santos e bem-aventurados, para que não pudessem receber o que lhes é contrário, e a outros fez capazes de virtude bem como de maldade; ou deve-se supor que fez alguns de tal modo que sejam completamente incapazes de virtude, e outros tais que não podem receber a maldade, mas somente possam permanecer na bem-aventurança, e a outros os fez tais que possam assumir um ou outro desses estados. Para que os próprios nomes nos movam a começar a investigação, consideremos se os santos anjos, desde que existem, sempre foram santos, continuam sendo e o serão para sempre, e se neles o pecado nunca teve lugar, ou se nunca o terá. Vejamos então se aqueles que são chamados Santos Principados, desde que foram criados por Deus, se puseram a exercer, com apoio divino, o seu principado sobre outros que lhes fossem submetidos, e estes fossem tais que, para serem seus súditos e sujeitos, assim tivessem sido criados e feitos. Do mesmo modo com respeito às chamadas Potestades: foram criadas aptas para exercer isso – um poder – ou há aí um mérito, uma recompensa pela sua virtude que as conduziu a esse poder e a essa dignidade? Assim também com os chamados Tronos (ou Sedes): mereceram eles receber essa estabilidade na bem-

aventurança junto com sua substância, de modo que a possuam pela exclusiva vontade do Criador? E as chamadas Dominações receberam o poder de dominar não pelo exercício do mérito delas, mas foi-lhes dado como uma prerrogativa da sua criação, sendo-lhes de certo modo natural e inseparável?

Se entendemos que se pode julgar que os santos Anjos e as santas Potestades, e os benditos Tronos e as gloriosas Potências e as magníficas Dominações possuem substancialmente os seus poderes, dignidades e glórias, segue-se, parece que sem dúvida, que de modo semelhante se devem entender aqueles que são nomeados nas funções contrárias. É preciso, pois, pensar que esses Principados contra os quais temos de lutar receberam essa orientação pela sua vontade, que os fez se opor e resistir a todo tipo de bem não porque se tenham afastado do bem por causa do seu livre-arbítrio, mas no mesmo instante em que começaram a existir como seres substanciais. De modo semelhante, também nas Potestades e nas Potências a maldade não é mais recente nem posterior à substância. Nos que foram chamados governantes e príncipes do mundo das trevas aquilo pelo qual governam e dirigem as trevas não o receberam de uma decisão perversa, mas de uma condição necessária. Pela razão somos obrigados a entender e aceitar essas consequências nos espíritos maldosos, nos espíritos malignos e nos demônios imundos. Mas, se parece absurdo pensar assim acerca dos poderes maus e inimigos, é certamente absurdo atribuir necessariamente ao Criador a causa da maldade deles sem pôr em causa a decisão do seu livre-arbítrio; não seremos, então, forçados a reconhecer a mesma coisa nos poderes bons e santos, isto é: que o bem não é neles algo de substancial, pois já demonstramos com evidência que o é de Cristo e do Espírito Santo apenas, e seguramente do Pai. Com efeito, explicamos que não há na natureza da Trindade nenhuma composição, pois o que é dela não o é por acidente. Há, pois, que entender que, nas criaturas, os poderes de principado e domínio que exercem sobre outros se devem a suas ações e movimentos e aos seus méritos, e não pelas condições peculiares em que são constituídos, e é assim que se elevam acima daqueles sobre os quais exercem poder.

4 Porém, para não parecer que respondemos a questões tão importantes e difíceis apenas pela argumentação racional, e constranger os

leitores à aceitação apenas por conjeturas, vejamos se podemos tomar das Sagradas Escrituras algumas afirmações que tornem as nossas respostas mais dignas de crédito e autoridade. Apresentamos primeiro o que a Escritura Santa contém a propósito dos poderes do mal; continuaremos a nossa pesquisa sobre os outros poderes de acordo com as luzes que o Senhor se dignar nos conceder, para decidir em questões tão difíceis, o que é o mais próximo da verdade ou o que é que se deve pensar segundo as regras da verdadeira religião.

Encontramos realmente no profeta Ezequiel duas profecias que foram escritas para o governante de Tiro. Delas, a primeira (Ez 28,1-10) pode parecer, quando ainda não se escutou a segunda, que diz respeito a um homem que foi dirigente de Tiro. Por isso, de momento, não tratamos dela; mas é com certeza evidente que a segunda não se deve entender a respeito de um homem, mas de um poder superior, que caiu do alto e foi rejeitada para lugares inferiores e os mais malignos; por isso o vamos tomar como exemplo para mostrar claramente que os poderes inimigos e malignos não foram compostos assim por natureza nem criados como tais, mas que eles caíram do melhor para o pior e se voltaram para o mais malvado; desse modo, aqueles poderes bem-aventurados não são assim por natureza, de tal modo que não possam receber o que é contrário, se o quiser, ou se fica negligente e não cuida do seu estado de bem-aventurança com toda a cautela. Se aquele que é chamado governante de Tiro é referido entre os santos sem mancha, estabelecido no paraíso divino, ornado de uma coroa brilhante e belíssima, se este, digo, era assim, como pode ser considerado inferior a alguns dos santos? Ele é representado como uma coroa brilhante e belíssima, perambulando sem mancha no paraíso de Deus: pode-se imaginar que, sendo assim, ele não era um desses poderes santos e bem-aventurados que estão certamente na vida feliz? E não se deve julgar que não estão revestidos de nenhuma honra a não ser essa mesma?

Vejamos o que nos ensinam as palavras dessa profecia: “E aconteceu que a palavra do Senhor se fez ouvir a mim nesses termos: Filho do homem, entoa uma lamentação sobre o rei de Tiro e diz-lhe: eis o que diz o Senhor Deus – tu foste o selo da semelhança e uma bela coroa nas delícias do paraíso de Deus. Foste adornado com todas as espécies de pedras e gemas preciosas, foste revestido de sardônica, de topázio, de esmeralda, de

diamante, de safira, de jaspe, embutidos em prata e ouro, de ágata, de ametista, de crisólito, de berilo e ônix; teus tesouros e cofres ficaram cheios de ouro para ti mesmo. Depois do dia em que foste criado com os Querubins, te coloquei na montanha santa de Deus. Andaste no meio de pedras de fogo, nos teus dias eras sem mancha, desde que foste criado, até que as iniquidades foram encontradas em ti. Pela amplitude do teu comércio encheste os cofres com iniquidades, pecaste, foste ferido e rejeitado da montanha divina. Do meio das pedras de fogo o Querubim te expulsou. Teu coração inchou por causa da magnificência, tua disciplina corrompeu-se pela beleza. Por causa da multidão dos teus pecados, te joguei por terra na frente dos reis; dei-te como espetáculo e desprezo por causa da multidão dos teus pecados e iniquidades. Poluíste os lugares sagrados com o teu comércio. Farei sair fogo de ti mesmo para te consumir, te reduzirei a cinza e poeira na terra para que todos te vejam. Chorarão por ti todos os que te conheciam entre os povos. Tu te tornaste objeto de perdição e não subsistirás na eternidade” (Ez 28,11-19).

Uma vez que o profeta assim se exprimiu, poderá aquele que ouviu: “Foste o selo da semelhança e uma bela coroa nas delícias do paraíso de Deus” e “depois do dia em que foste criado com os Querubins, te coloquei na montanha santa de Deus”, interpretar em sentido tão frouxo que opine que se pode tratar de um homem ou santo qualquer ou mesmo do rei de Tiro? E o que poderiam ser essas pedras de fogo, no meio das quais um homem andava? Que pensar desse que era sem mancha desde o dia da criação e no qual depois se encontraram injustiças a ponto de ter sido jogado por terra? Isso, aliás, quer dizer que ele não se encontrava na terra, pois que foi atirado sobre a terra manchando o que nela era sagrado. Essas palavras da profecia de Ezequiel sobre o rei de Tiro referem-se a um poder adverso, como já demonstramos; elas manifestam claramente que esse poder era antes santo e bem-aventurado, que ele caiu dessa bem-aventurança quando nela se encontrou a iniquidade, que ela foi jogada por terra e que não era assim por natureza nem criação; por isso pensamos que elas são ditas a respeito de um anjo, que tinha recebido por função o governo da nação dos tírios, e que tinha, ao que parece, recebido o encargo de cuidar das suas almas. De qual Tiro se trata, e o que pensar a respeito das almas dos tírios, se é uma cidade situada nas regiões da província da Fenícia, ou se será outra cidade da qual a que conhecemos é uma figura, e

as almas dos tírios são daquela Tiro, ou devem-se entender de modo espiritual os habitantes de uma outra Tiro? Mas não é aqui o momento de procurar saber, não aconteça que se trate o assunto de passagem, quando há nele tantas coisas importantes e tão obscuras que precisaríamos investigar, mas que exigem um trabalho específico e um esforço particular.

5 Por outro lado, encontramos o mesmo ensinamento a respeito de outro poder contrário no profeta Isaías: “Como é que Lúcifer caiu do céu, ele que surgia com a aurora? Ele foi quebrado e abatido sobre a terra, ele que atacava todas as nações. Disseste para ti mesmo: subirei ao céu, acima das estrelas do céu colocarei o meu trono, me sentarei sobre um monte mais alto que todas as grandes montanhas do norte, subirei às nuvens, serei semelhante ao Altíssimo. Agora, pelo contrário, serás mergulhado no Hades e nas profundezas da terra.. Aqueles que te virem ficarão admirados por tua causa, e dirão: eis o homem que incomodava a terra toda, que derrubava os reis, que de toda a terra fez um deserto, que destruiu as cidades e que não libertou os que se encontravam na prisão. Todos os reis das nações foram dormir respeitados, cada um em sua casa; mas tu serás arremessado nas montanhas como um morto abominável, no meio de numerosos mortos que foram trespassados pela espada e desceram ao inferno. Como uma veste suja e endurecida de sangue não é pura, assim tu também não serás limpo porque arrasaste a minha terra e massacreste o meu povo. Tu, semente de maldade, não permanecerás no tempo eterno. Prepara os teus filhos para serem mortos pelos pecados de seu pai, para que eles não ressurjam e não possuam a terra em herança e encham a terra de guerras. Levantar-me-ei contra eles, diz o Senhor Sabaoth, e farei desaparecer o nome deles e os restos da sua semente” (Is 14,12-22). Sem dúvida isso mostra claramente que ele caiu do céu, aquele que antes era Lúcifer e se levantava com a aurora. Se, como alguns pensam, ele era da natureza das trevas, como é que antes era chamado de Lúcifer? E como poderia levantar-se com a aurora se não houvesse nele nenhuma luz? Mas é o Senhor que nos ensina sobre o diabo, dizendo: “Eis que vejo Satã caindo do céu como um raio” (Lc 10,18): portanto, alguma vez ele fora luz. Mas o nosso Senhor, que é a verdade, comparou a sua vinda gloriosa com nada menos que o poder do raio, quando disse: “Assim como o raio brilha no alto do céu e vai até o mais alto do céu, assim será a vinda do Filho do Homem” (Mt 24,27). E, apesar disso, o compara ao raio e diz que ele caiu do céu, que tivera lugar

entre os santos, participou daquela luz da qual todos os santos participam, essa luz que faz os anjos de luz e pela qual o Senhor diz que os apóstolos são a luz do mundo (Mt 5,14). Da mesma maneira, ele era anteriormente luz antes de ter prevaricado e de ter caído neste lugar, antes que a sua glória não se tornasse poeira, o que é próprio dos ímpios, como diz o profeta, pelo que é chamado príncipe deste mundo, ou seja, dessa habitação terrestre; ele exerce o poder principal sobre aqueles que o seguiram na sua malícia, porque o mundo todo – aqui digo mundo para este lugar terrestre – está entregue ao poder do maligno (1Jo 5,19), isto é, desse apóstata. Quem seja esse apóstata ou trãnsfuga é o Senhor que o diz por Jó: “Trazes no anzol o dragão apóstata” (Jó 40,25), ou seja, o fugitivo.^[9] Portanto, é certo que por esse dragão se entende o diabo.

Se, portanto, os poderes contrários são chamados de trãnsfugas, e se se diz que outrora foram sem mancha, não é próprio de ninguém, a não ser do Pai, do Filho e do Espírito Santo, ser substancialmente imaculado, mas em toda a criatura a santidade é algo acidental, que, por isso, pode acontecer e pode deixar de ser; esses poderes contrários alguma vez foram imaculados, e conviveram com aqueles que ainda permanecem imaculados; isso mostra que ninguém é imaculado substancialmente ou por natureza, nem é substancialmente impuro. Segue-se que depende de nós e de nossas ações ser santos e bem-aventurados, ou cair na malignidade e na perdição por desatenção e negligência; de tal modo que um progresso por assim dizer excessivo no mal, se alguém se descuidou a esse ponto, o faça chegar a tal estado que se torne naquilo que foi dito do poder adversário.

6. Do fim, ou da consumação

1 O fim ou consumação parece indicar que as realidades chegaram à sua perfeição e acabamento. Aqui há um aviso: aquele que deseja ler estas linhas e conhecer estas coisas para compreender realidades de tal modo árduas e difíceis deve se aplicar com uma mente perfeitamente bem instruída. Pois, se está acostumado a estas questões, tudo lhe parecerá vão e supérfluo; mas se já chegar com o ânimo cheio de preconceitos e de prevenção baseado em outras doutrinas vai julgar que são coisas heréticas, contrárias à fé da Igreja; mas o que o levará a isso não será tanto a sua razão quanto a prevenção do seu ânimo. Dizemos isso com muito receio e cautela,

antes de mais como algo a questionar e discutir do que como algo certo e definido. Indicamos acima quais os itens que são claramente definidos pelo dogma; assim o fazemos, creio, na medida de nossa capacidade, quando falamos da Trindade; mas, do que vamos tratar agora, mais do que definir, será, tanto quanto possível, nos exercitar.

Haverá fim e consumação do mundo quando cada um for submetido às penas merecidas pelos seus pecados, mas, quando é que cada um vai pagar pelo que merece, só Deus sabe. Pensamos que a bondade de Deus reunirá em Cristo toda a criação num único final, depois de ter reduzido e submetido até os inimigos. É o que diz a Santa Escritura: “O Senhor diz a meu Senhor: senta-te à minha direita até que eu faça dos teus inimigos um assento para os meus pés” (Sl 110,1). Se o sentido dessa palavra profética nos parece pouco claro, aprendamos com o que o apóstolo Paulo diz mais abertamente: “É preciso que Cristo reine até que tenha colocado todos os seus inimigos sob os seus pés” (1Cor 15,25). Se nem essa clara afirmação do apóstolo foi suficiente para nos ensinar o que quer dizer – colocar os inimigos sob os seus pés –, escuta o que ele diz a seguir: “É preciso que tudo lhe seja submetido”? Que submissão é essa pela qual todas as coisas devem estar submetidas a Cristo? Parece-me que se trata da mesma submissão pela qual nós aceitamos ser-lhe submetidos, e pela qual lhe são submetidos os apóstolos e todos os santos que seguiram a Cristo. Essa palavra, “submissão”, pela qual nos submetemos a Cristo, para aqueles que se submetem, indica a salvação que vem de Cristo. Davi dizia: “A minha alma não será submissa a Deus? Pois é dele que vem a minha salvação” (Sl 61,2).^[10]

2 Vemos o que é o fim quando todos os inimigos serão submetidos a Cristo, quando o último inimigo – a morte – for destruído, e quando o reino for entregue a Deus Pai por Cristo, a quem tudo estiver submetido; digo que é desse fim que olhamos para o começo das coisas. Com efeito, o fim é sempre semelhante ao começo,^[11] e por isso, assim como o fim é um para todas as coisas, assim deve entender-se que o princípio de tudo é um. Como esse fim único é para numerosos seres, assim a partir de um começo único há muitas diferenças e variedades que, por sua vez, pela bondade de Deus, pela submissão a Cristo e pela unidade no Espírito Santo, retornam à unidade semelhante à do início; são todos aqueles que “em nome de Jesus

dobram o joelho” (Fl 2,10), dando assim testemunho da sua submissão, entre os seres celestes, terrestres e os dos infernos: essas três categorias designam todo o universo, ou seja, aqueles que, a partir de um começo único, comportando-se de maneira diferente de acordo com os seus próprios movimentos, foram distribuídos em diversas ordens, conforme o seu mérito; a bondade não estava neles de modo substancial como está em Deus, no seu Cristo e no Espírito Santo. Só nessa Trindade, autora de todas as coisas, está a bondade de modo substancial. Todos os outros seres têm uma bondade accidental e que pode decair, portanto, estão na bem-aventurança quando participam da santidade, da sabedoria e da própria divindade.

Contudo, se descuidam dessa participação e não se ocupam dela, então se torna cada um a causa da sua própria queda e decadência por culpa da sua preguiça – um mais cedo, outro mais tarde, uns mais e outros menos. E porque, tal como dissemos, essa queda ou decadência, que afasta cada um do seu estado, se produz com grande diversidade segundo os movimentos da inteligência e da vontade que fazem pender para baixo, um mais levemente, outro mais fortemente, nisso o julgamento da Providência divina é justo porque atinge cada um conforme a diversidade das ações na medida do seu afastamento e da sua perturbação. Certamente entre os que permaneceram no estágio inicial, que nós descrevemos semelhante ao fim que há de vir, alguns deles recebem o grau de Anjos no ordenamento e governo do universo, outros o de Poderes, outros o de Principados, outros o de Potências, por onde exerce seu poder sobre aqueles que precisam que alguém os domine (1Cor 11,10); outros na ordem dos Tronos, tendo o encargo de julgar e dirigir aqueles que disso precisam; e outros a Dominação, certamente sobre os que servem; tudo isso lhes é concedido pela Divina Providência conforme um julgamento equitativo e justo, de acordo com o seu mérito e o seu progresso que os fazem crescer na participação e na imitação de Deus. Mas aqueles que se afastam do estado da primeira bem-aventurança, não, porém, de modo ainda irremediável, estão submetidos às ordens santas e bem-aventuradas, que descrevemos antes, para serem governados e dirigidos, a fim de que, se se servem da ajuda deles, e se se reformam de acordo com as suas instruções e salutares doutrinas, possam voltar e ser restabelecidos no seu estado bem-aventurado. Tanto quanto posso julgar, é com estes que foi constituída essa ordem do gênero humano que, seguramente no século futuro ou nos séculos que virão,

quando houver, como diz Isaías, um céu novo e uma nova terra (Is 65,17; 66,22), será restabelecido nessa unidade que o Senhor Jesus promete quando diz a Deus Pai a respeito dos seus súditos: “Eu te peço não apenas por eles, mas por todos aqueles que acreditarão em mim pela tua palavra, a fim de que todos sejam um como eu sou um contigo, Pai, e tu em mim, para que eles sejam um em nós” (Jo 17,20-21). E, continuando, repete: “Para que eles sejam um, como nós somos um, eu neles e tu em mim, para que eles se realizem na unidade” (Jo 17,22-23). Também o apóstolo Paulo o confirma: “Até que alcancemos todos a unidade da fé para formar o homem perfeito, segundo a plena maturidade de Cristo” (Ef 4,13). Do mesmo modo, o Apóstolo nos exorta a uma unidade semelhante a essa, quando, nessa presente vida, nos encontramos na Igreja, na qual certamente está a figura do reino que há de vir, dizendo: “A fim de que todos digam as mesmas coisas, e que não haja cismas entre vós, para que sejais perfeitos num só e mesmo pensamento, numa só e mesma opinião” (1Cor 1,10).

3 É preciso saber, contudo, que alguns daqueles que caíram da unidade daquele começo se entregaram, como dissemos, a tal indignidade e maldade, que se tornaram indignos daquela instrução e formação que foram dadas ao gênero humano por meio da carne com o auxílio dos poderes celestes para que fossem educados e instruídos; mas, ao contrário, são eles os adversários e opositores dos que se formam e educam. Daí vêm as lutas e os combates que enchem toda a vida dos mortais, porque vêm contra nós as investidas e os ataques daqueles que, sem nenhum remorso, caíram de um estado superior, aqueles que são chamados de diabo e os seus anjos, e todas as outras ordens más que o Apóstolo citou a propósito dos poderes malignos.

Por outro lado, será que algumas dessas ordens que agem sob domínio do diabo e obedecem à sua maldade poderão alguma vez no futuro voltar à bondade, porque se mantêm nelas a faculdade do livre-arbítrio? Ou, pelo contrário, a malignidade permanente e inveterada não se transformaria, pelo hábito, de certo modo numa espécie de natureza? Tu, que estás lendo, julga se é possível que, de alguma maneira, seja no mundo das realidades visíveis e temporais, seja no das realidades invisíveis e eternas, essa parte da criação ficará separada da unidade e da concórdia final. Entretanto, nos mundos das realidades visíveis e temporais, como no das realidades invisíveis e eternas,

todos são dispostos numa ordem segundo sua racionalidade e o grau e dignidade dos seus méritos. Assim é que uns nos primeiros tempos e outros nos segundos e alguns até nos últimos, passando pelos tormentos maiores e mais graves, e mesmo contínuos, suportados por assim dizer durante muitos séculos, são reformados pelos castigos mais duros e restabelecidos, sendo instruídos primeiro pelos Anjos e depois também pelos poderes dos graus superiores; desse modo são levados de degrau em degrau às realidades superiores e chegam àquelas que são invisíveis e eternas, exercendo de certo modo cada uma das funções dos poderes celestes como numa espécie de instrução. Daqui, me parece, decorre uma consequência: cada natureza racional pode, passando de certa ordem a outra, chegar a todas através de cada uma, e a cada uma através de todas, uma vez que cada ser, por causa da faculdade do livre-arbítrio, é capaz de vários tipos de progresso ou de recuo, conforme suas ações e esforços.

4 Uma vez que Paulo diz que há realidades visíveis e temporais e, além destas, outras invisíveis e eternas, procuramos saber como é que aquelas que se veem são temporais: será por que elas não mais existirão de modo nenhum em toda a extensão dos espaços e séculos que hão de vir, cuja dispersão e divisão a partir do começo único serão reintegradas num só e único fim e semelhança, ou por que a forma exterior das realidades visíveis passará sem que sua substância seja de nenhum modo corrompida? Paulo parece confirmar nossa segunda solução quando diz: “a forma exterior do mundo passará” (1Cor 7,31). E Davi também parece dizer a mesma coisa com as palavras: “Os céus perecerão, mas tu permanecerás: todos serão como roupa usada, e tu os trocarás como se fossem um manto, como se troca de roupa” (Sl 101,27). Se os céus se modificarem, aquilo que muda certamente não perece: e se a forma exterior deste mundo passa não se vê aí uma destruição completa, nem uma perda de substância material, mas certa mutação de qualidade e transformação da forma exterior. Quando Isaías diz, profetizando: “que haverá um céu novo e uma nova terra” (Is 65,17), sugere sem dúvida uma interpretação parecida. Porque a renovação do céu e da terra, a mudança da forma exterior deste mundo, a transformação dos céus, sem dúvida, são preparados por aqueles que caminham nessa via que nós mostramos antes, e se dirigem para um fim bem-aventurado no qual os próprios inimigos, segundo está escrito, serão submetidos, e nesse fim se diz que Deus será tudo em todas as coisas (1Cor

15,28). Poderá alguém supor que, nesse final, a natureza material, isto é, a corporal, desaparecerá completamente; mas para mim é absolutamente impossível conceber como é que tão numerosos e tão notáveis seres substanciais poderiam viver e subsistir sem corpos, pois só da natureza de Deus, Pai, Filho e Espírito Santo, é que se pode compreender como próprio que exista sem substância material e sem a associação de um apoio corporal. Quem sabe, porém, alguém diria que no fim a substância corporal será tão límpida e purificada que se pode imaginá-la como se fosse éter, como possuindo uma pureza e uma transparência celestiais. Mas o mais certo é que só Deus, e aqueles que são seus íntimos por Cristo e pelo Espírito Santo, sabe como tais coisas acontecerão.

7. Os incorporais e os corporais

1 O que acima discorremos foi exposto sob a forma de um desenvolvimento de caráter geral: tratamos e discutimos as naturezas racionais mais pela compreensão da ordem intelectual do que por definição doutrinal, depois de ter falado, na medida das nossas forças, do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Vejamos agora o que convém a seguir tratar segundo a nossa doutrina, isto é, de acordo com a fé da Igreja.

Todas as almas, todas as naturezas racionais, foram feitas ou criadas, quer sejam santas, ou más; todas, pela sua própria natureza, são incorporais: mesmo que assim sejam, nem por isso deixam de ter sido feitas; de fato, tudo foi feito por Deus por meio de Cristo, como João o ensina no seu Evangelho da maneira mais geral: “No princípio era a Palavra e a Palavra estava junto de Deus e a Palavra era Deus. Ela estava no princípio junto de Deus. Tudo foi feito por ela e sem ela nada foi feito” (Jo 1,1-3). Descrevendo tudo o que foi feito segundo as espécies, os números e as ordens, o apóstolo Paulo se exprime assim para mostrar que tudo foi feito por intermédio de Cristo: “E tudo foi criado nele, o que está no céu e o que está na terra, o visível e o invisível, quer sejam Tronos, Dominações, Principados e Potestades, tudo foi criado por meio dele, e nele, e ele é antes de todos, ele é a cabeça” (Cl 1,16-18). Ele afirma, portanto, claramente, que tudo foi feito e criado em Cristo e por meio de Cristo, quer seja o visível que é corporal, quer o invisível, que não é senão, creio eu, os poderes incorporais e substanciais. Em seguida, ele enumera, segundo me parece, as

espécies dos seres que declarou, em geral, corporais ou incorporais, isto é, os Tronos, Dominações, Principados, Potestades e Poderes.

2 Tudo o que precede dissemos com a intenção de chegar de modo ordenado a uma investigação bem argumentada sobre o sol, a lua e as estrelas: será conveniente contá-los entre os Principados porque deles se diz que foram feitos para comandar (*in 'arxas*) ao dia e à noite; ou deve-se pensar que o seu principado sobre o dia e a noite é apenas para cumprir a função de iluminar, sem, contudo, ter nesse governo e função o mesmo poder dos Principados? Quando se diz, porém, que “tudo foi feito por seu intermédio e que nele tudo foi criado, o que está no céu e o que está na terra” (Cl 1,16), não se pode duvidar que os seres que estão no firmamento, termo que certamente designa o céu “onde estão colocados”, segundo a Escritura, “esses luminares”, sejam contados entre os seres celestes. Assim, uma vez que tudo foi feito ou criado, e que, nesses que são feitos, nada exista que não receba o bem ou o mal e que de ambos não seja capaz, o que a nossa discussão mostrou com evidência, como julgar coerente a opinião de alguns, até dos nossos, a respeito do sol, da lua ou das estrelas, que eles seriam incapazes de conversão e de passar para o lado oposto? Alguns pensaram isso dos santos anjos e até houve hereges que julgaram assim sobre as almas que entre eles são chamadas de naturezas espirituais. Vejamos primeiro o que a razão permite encontrar a propósito do sol, da lua e das estrelas para avaliar se é verdadeiro, segundo certas opiniões, que eles sejam alheios à mudança; mas antes comecemos por verificar, na medida do possível, o que diz a Escritura. Com efeito, Jó parece mostrar não só que as estrelas poderiam ser sujeitas ao pecado, mas até que elas não são puras do contágio do pecado. De fato está escrito: “Nem as estrelas não são puras à sua vista” (Jó 25,5). Não se deve entender isso do brilho dos seus corpos, como se disséssemos: esta roupa não está limpa. Porque, se assim fosse entendido, a ofensa se referiria ao Criador, porque ele seria acusado da imundície que fosse encontrada nos seus corpos. Com efeito, se o seu zelo não permitir aos astros assumir um corpo mais luminoso, ou se pela sua indolência tiverem um corpo menos puro, por que se culparia as estrelas de não serem puras, se não são louvadas quando puras?

3 Mas, para compreender isso mais claramente, é preciso primeiro procurar se é conveniente entendê-los como seres animados e racionais;

depois, se as suas almas vieram a existir ao mesmo tempo que os seus corpos, ou se parece que lhes são anteriores; e, ainda, se, na consumação do mundo, perderão seus corpos e, tal como nós que cessamos de viver, também eles deixarão de iluminar o mundo. Ainda que essa busca pareça de certo modo audaciosa, contudo, como o que nos instiga é o esforço de captar a verdade, não parecerá absurdo perscrutar e tentar tudo o que nos for possível com a graça do Espírito Santo.

Pensamos que os astros devem ser considerados como dotados de alma porque deles se diz que recebem ordens de Deus, o que só pode ser feito a seres vivos racionais. Diz de fato o mandamento: “Eu ordenei a todas as estrelas” (Is 45,12). Que preceitos são esses? Certamente aquele que cada astro, seguindo sua ordem e seu curso, fornece ao mundo a quantidade de luz que lhe é determinada. Os astros que chamamos planetas movem-se segundo determinadas ordens, os fixos (*aplanêis*), segundo outras. Isso mostra com muita clareza que nenhum corpo pode se mover sem ter alma e que os seres animados nunca podem estar sem movimento. Mas das estrelas, que se movem com tanta ordem e razão, que de nenhum modo se vê que o seu curso possa ser impedido, como não seria a maior falta de inteligência dizer que tal ordem, que tal cumprimento da disciplina e da razão seriam realizados e executados por irracionais? É certo que Jeremias (Jr 51,17-25) chama a lua de rainha do céu; se as estrelas são animadas e racionais, sem dúvida é de crer que também nelas haverá progressos e recuos. O que diz Jó: “as estrelas não são puras à sua vista” (Jó 25,5) parece indicar um significado desse tipo.

4 Uma vez que a argumentação dessa discussão conclui que os astros são seres animados e racionais, é preciso ver se receberam as almas junto com os corpos, no momento em que, segundo a Escritura, “Deus fez duas grandes luminárias, uma maior para governar o dia e outra menor para governar a noite, e também as estrelas” (Gn 1,16); ou se o espírito lhes foi inserido não na criação dos corpos, mas de fora, uma vez criados os corpos. Pela minha parte, presumo que o espírito lhes foi inserido de fora (*extrinsecus*),^[12] mas valerá a pena mostrá-lo a partir da Escritura. Parece difícil afirmá-lo por meio de conjeturas; e certamente é mais difícil fazê-lo pelo testemunho da Escritura do que por modo de conjetura, que também é viável. Pois se se prova que a alma do homem, seguramente inferior à dos

astros, porque é a alma do homem, não foi feita junto com o corpo, mas efetivamente foi inserida desde fora (*extrinsecus*), com mais razão é esse o caso das almas dos seres animados que são chamados celestes. Porque, no que diz respeito ao homem, como teria sido feita junto com o corpo a alma daquele que no ventre materno já suplantava o irmão, isto é, Jacó^[13] (Gn 25,22ss)? Ou como foi feita, ou modelada com o corpo a alma daquele que, ainda no ventre da mãe, se encheu do Espírito Santo (Lc 1,41)? Falo de João, que se exaltou de alegria no seio da mãe e se agitava, tomado de grande entusiasmo, porque a voz da saudação de Maria tinha chegado ao ouvido de Isabel, sua mãe. Como teria sido feita e modelada com o corpo a alma daquele de quem se diz que é conhecido de Deus antes de se formar no seio e santificado por ele antes de sair do útero? A ser assim pareceria que Deus enche alguém do Espírito Santo sem julgamento nem consideração dos seus méritos e o santifica sem motivo. Como então escapar do que é dito: “Há injustiça em Deus? Longe disso” (Rm 9,14). Ou deste outro: “Deus discrimina as pessoas?” (Rm 2,11). Chegaria a essa conclusão a defesa que assevera que as almas existem ao mesmo tempo que os seus corpos. O que se pode conjecturar em comparação com a condição humana pode se aplicar com mais argumentos aos seres celestes: a própria razão do homem e a autoridade da Escritura parece que o comprovam.

5 Vejamos, portanto, se podemos encontrar na Santa Escritura algum significado desse tipo que se aplique aos seres celestes. Assim se expressa o apóstolo Paulo: “A criatura está sujeita à vaidade, contra a vontade, por causa daquele que a submeteu, porém na esperança de que a própria criação será libertada da servidão da corrupção para chegar à liberdade gloriosa dos filhos de Deus” (Rm 8,20ss). A qual vaidade, vos pergunto, a criação está submetida, e de que criação, de que vontade contrariada, e de que esperança se trata? De que modo seria a criatura libertada da servidão da corrupção? Mas, em outro lugar, o apóstolo diz: “A expectativa das criaturas aguarda a revelação dos filhos de Deus” (Rm 8,19). E assim em outro lugar: “Não somente nós, mas, ainda, toda a criação geme e sofre até agora” (Rm 8,22). É preciso, pois, procurar em que consiste tal gemido e essas dores. Vejamos, pois, primeiro, qual é a vaidade à qual a criação está submetida. É minha opinião que a vaidade não é distinta dos corpos, pois, mesmo que sejam etéreos, contudo, os corpos dos astros são materiais. É por isso, me parece, que Salomão apostrofa toda a natureza corporal por ser pesada e de

algum modo retardar o vigor do espírito: “Vaidade das vaidades, tudo é vaidade”, diz o Eclesiastes: “Olhei e vi tudo o que está sob o sol, eis que tudo é vaidade” (Ecl 1,2.14).

A criação está submetida a essa vaidade, e de modo principal essa criação que certamente possui no mundo, por sua função, a maior e mais eminente autoridade, ou seja, o sol, a lua e as estrelas, das quais se diz que estão submetidas à vaidade, porque foram postas em corpos e destinadas ao ofício de iluminar, em benefício do gênero humano. “E foi contra a vontade que esta criação foi submetida à vaidade” (Rm 8,20). De fato, não foi pela sua vontade que ela recebeu o serviço a prestar à vaidade, mas porque assim o quis aquele que a isso a sujeitava, por causa daquele que a sujeitou, prometendo àqueles que estavam contra a vontade submetidos à vaidade que, depois de terem cumprido as funções dessa obra magnífica, seriam libertados de tal servidão da corrupção e da vaidade, quando chegasse o tempo da gloriosa redenção dos filhos de Deus. Aceita a esperança, e aguardando que a promessa se cumpra, toda a criação agora geme no afeto que tem por aqueles que ela ajuda, e com eles sofre com paciência, esperando o que lhes foi prometido. Vejamos se essa outra palavra de Paulo não pode se aplicar àqueles que, de mau grado, mas segundo a vontade daquele que os submeteu e na esperança das promessas, foram submetidos à vaidade: “Preferia partir, ou retornar, para estar com Cristo, porque é muito melhor” (Fl 1,23). Penso que também o sol poderia dizer: “Preferia partir, ou retornar, para estar com Cristo, porque é muito melhor”. Paulo ainda acrescenta: “Mas é mais necessário ficar neste corpo por causa de vós” (Fl 1,24). Também o sol poderia dizer: ficar neste corpo celeste luminoso é mais necessário por causa da revelação dos filhos de Deus. Pode-se pensar e dizer o mesmo a respeito da lua e das estrelas.

Vejamos agora o que é a liberdade da criação, a extinção da servidão. Quando Cristo tiver transmitido o Reino de Deus a seu Pai, então também todos esses seres animados, já tornados membros do Reino de Cristo, serão entregues ao Pai para que reine sobre todos, e como Deus será tudo em todos e os astros farão parte de todos, Deus será neles como em todos.

8. Os anjos

1 Penso que é preciso argumentar de forma semelhante a respeito dos anjos e não ter por casual que a tal anjo tenha sido atribuída tal função, por exemplo, a Rafael o encargo de tratar e curar, a Gabriel a supervisão das guerras, a Miguel o cuidado das orações e das súplicas dos mortais. Não se pense que eles mereceram tais ofícios por outros motivos que não fossem os seus méritos, seu zelo e virtudes que manifestaram antes da organização desse mundo. Foi então que, na ordem dos arcanjos, foi atribuído a cada um este ou aquele ofício; outros mereceram ser inscritos na ordem dos anjos e agir sob a autoridade de tal ou qual arcanjo, de tal ou qual chefe ou príncipe de sua ordem. Tudo isso, dissemos, não se produziu fortuitamente nem sem discernimento, mas, por um juízo de Deus muito bem adaptado e justo, foram dispostos e ordenados em função dos méritos segundo seu julgamento e sua aprovação: de tal maneira que a este anjo foi confiada a Igreja dos Efésios, a outro a de Esmirna, tal anjo foi o de Pedro, e tal outro foi o de Paulo; e assim por diante, a cada um dos menores que estão na Igreja foi atribuído um anjo daqueles que continuamente veem a face de Deus mas também aquele que deve ser o anjo que rodeia por todos os lados os que creem em Deus. Não se deve imaginar que tudo isso se tenha produzido por acaso e fortuitamente, nem que eles tenham sido feitos assim por natureza, para não acusar aqui o Criador de parcialidade: mas deve-se acreditar que a decisão foi tomada em função dos méritos e virtudes, dos poderes e talentos de cada um, pelo justíssimo e imparcial governador do universo, que é Deus.

2 É preciso ter cuidado para não cair nas fábulas ineptas e ímpias daqueles que imaginam naturezas espirituais diferentes, tanto entre os seres celestes como entre os humanos, obras de criadores diferentes, porque lhes parece absurdo – e de fato é absurdo – atribuir a um só e mesmo Criador a origem de naturezas diferentes entre os seres racionais; mas ignoram a causa dessa diversidade. Dizem, com efeito, que não lhes parece coerente que um só e mesmo Criador atribua, não havendo causa nos méritos, a uns o poder de dominação e lhes submeta os outros, que a uns dê o principado e faça os demais sujeitos desses principais. Tudo isso, seguramente, segundo penso, é refutado e convencido de falsidade pela argumentação do raciocínio desenvolvido acima: a origem das diversidades e das diferenças de cada criatura mostra-se na vivacidade ou na preguiça dos seus

movimentos para a virtude ou para a maldade, e não provém da parcialidade daquele que tudo dispõe.

Mas, para compreender mais facilmente que assim é entre os celestes, tomemos como exemplo o que se passou e passa entre os homens, para perceber a coerência a partir dos seres visíveis como é nos invisíveis. Concordam que sem dúvida Paulo e Pedro eram naturezas espirituais. Sabe-se, porém, que Paulo cometeu muitos atentados contra a religião, que perseguiu a Igreja de Deus, e que Pedro pecou gravemente quando, à pergunta da porteira, respondeu sob juramento que não sabia quem era Cristo. Como é que consideram que esses homens, que eram como espirituais, caíram em tais pecados, enquanto têm por costume afirmar constantemente que uma boa árvore não pode produzir maus frutos (Mt 7,18)? Se de fato uma boa árvore não pode produzir maus frutos e se, segundo eles, Paulo e Pedro vinham de uma raiz de árvore boa, como pensar que eles tenham carregado frutos tão maus? Responderão, segundo suas habituais invenções, que não foi Paulo que perseguiu, mas não sei quem, que estava em Paulo; e que não foi Pedro quem negou, mas outro que estava em Pedro. Por que então Paulo, que em nada teria pecado, diz: “Não sou digno de ser chamado apóstolo, porque persegui a Igreja de Deus” (1Cor 15,9)? Por que Pedro chorou ele mesmo com tanta amargura, se foi outro que pecou? E assim se refutam tais inépcias.

3 A nossa opinião é que, na realidade, em todas as criaturas racionais não há nada que não seja capaz tanto do bem como do mal. Porém, ao dizer que não há nenhuma criatura que não possa receber o mal, não afirmamos que necessariamente toda criatura tenha recebido o mal, isto é, que tenha sido feita má: pois, quando se diz que toda natureza humana recebeu a capacidade de navegar, não é por isso que todo homem navegará; do mesmo modo, todo homem pode aprender a arte da gramática ou da medicina, mas isso não quer dizer que todo homem seja médico ou gramático; de modo semelhante, se dizemos que não há natureza que não possa receber o mal, não se indica necessariamente por isso que ela tenha recebido o mal; inversamente, não há natureza que não seja capaz de receber o bem, mas isso não prova que, por essa razão, toda natureza tenha recebido o bem. A nossa opinião, com efeito, é que o próprio diabo não era incapaz do bem, mas do fato de que ele podia ter recebido o bem não se segue que ele o

quisesse, nem que tenha praticado a virtude. Tal como nos ensinaram os exemplos dos profetas que apresentamos, uma vez ele foi bom, quando se encontrava no paraíso de Deus, convivendo com os querubins. Ele tinha a faculdade de receber a virtude ou a maldade, mas, ao afastar-se da virtude, se voltou para o mal com todo o seu espírito; assim, as outras criaturas, possuindo essa dupla faculdade, com seu livre-arbítrio, fugiram do mal e aderiram ao bem.

Não há, portanto, natureza incapaz de receber o bem ou o mal a não ser Deus, fonte de todos os bens, e a de Cristo, já que ele é a Sabedoria, e a Sabedoria não pode de modo nenhum receber a estupidez; ele é também a justiça, e com certeza a justiça nunca poderá receber a injustiça; ele é a palavra ou razão, que de modo nenhum pode vir a ser irracional; mas também é luz, e certamente as trevas não podem apoderar-se da luz. De modo semelhante, a natureza do Espírito Santo, que é santa, não pode sofrer mancha, porque é santa por natureza, ou de modo substancial. Mas toda outra natureza que é santa tem a sua santificação pelo que recebeu do Espírito Santo, ou por ele foi inspirada para se santificar, não sendo assim por natureza, mas de modo acidental, pelo que pode perder o que alcançou. Pode-se ter assim uma justiça acidental, donde se segue que pode ser perdida. Pode-se também ter sabedoria por acidente, mas está em nosso poder, pelo nosso zelo e pelo mérito da vida, pela prática da sabedoria, tornar-se sábio, e se lhe aplicamos empenho, participamos sempre na sabedoria, e assim será, mais ou menos, conforme os méritos da vida e o peso do nosso esforço. Porque a bondade de Deus, de acordo com o que lhe é próprio, convida todos os seres e os atrai para o fim feliz, onde cessam e desaparecem as dores, tristezas e gemidos de toda a espécie.

4 Pelo que me parece, creio que a discussão precedente terá mostrado suficientemente que não é sem discernimento nem por um acaso fortuito que os Principados têm o seu principado, e que cada uma das outras ordens recebeu a sua função, pois pelos seus méritos é que obtiveram o seu grau de dignidade, embora esteja além da nossa competência indagar, nem saber, quais teriam sido os atos que os fizeram merecedores de chegar a essa ordem. Basta saber isso para mostrar a imparcialidade e a justiça de Deus, porque, segundo a frase do apóstolo Paulo, Deus não discrimina as pessoas (Rm 2,11), mas, pelo contrário, distribui todas as coisas segundo os méritos

e progressos de cada um. Os Anjos recebem suas funções apenas por seus méritos, e as Potestades exercem o poder devido a seus progressos, e os que são chamados Tronos, isto é, os que têm poder sobre o julgamento e o governo, só administram por seus méritos, as Dominações não dominam contra seus méritos; essa é a primeira, suprema e eminente ordem da gloriosa variedade de funções da criação nos seres celestes racionais.

É preciso com certeza pensar o mesmo dos poderes adversos que se apresentam em tais condições de lugares e de funções, de tal modo que sua posição como Principados, Potências, Dirigentes do mundo das trevas, ou espíritos de maldade, ou espíritos malignos, ou demônios impuros, eles não a possuem de modo substancial como se tivessem sido criados como tais, mas segundo seus avanços e seus progressos no crime obtiveram esses graus na malignidade. Essa é a segunda ordem da criação racional que de tal modo se precipitou no mal que nem quer se converter, embora possa, porque o furor do crime é voluptuoso e dá prazer.

A terceira ordem da criação racional é formada pelos espíritos que Deus julgou aptos para preencher o gênero humano, ou seja, as almas dos homens, entre os quais vemos alguns cujos progressos os elevaram à altura da ordem dos anjos, aqueles que se tornaram filhos de Deus ou da ressurreição, eles que, deixando as trevas, preferiram a luz e foram feitos filhos da luz, ou aqueles que, tendo ultrapassado todas as lutas, ficaram pacíficos, fizeram-se filhos da paz e filhos de Deus, ou aqueles que, mortificando os membros terrestres e transcendendo não só a natureza corporal, mas também os movimentos ambíguos e frágeis da alma, se apegaram ao Senhor, transformaram-se totalmente em espíritos, para estar sempre com ele em um só espírito, com ele julgando todas as coisas, até que cheguem ao grau dos perfeitos espirituais que tudo discernem e que não podem mais ser julgados por ninguém porque sua inteligência é iluminada na plenitude e na santidade pela Palavra e pela Sabedoria.

Somos certamente de opinião que não se deve aceitar de modo nenhum o que alguns, divagando, discutem acerca daquelas almas que podem atingir tal grau de degradação que, esquecidas da sua natureza racional e da sua dignidade, vão ao ponto de se precipitarem na categoria dos seres irracionais animados, ou seja, bichos e gado; para isso vão buscar

argumentos fictícios nas Escrituras, apoiando-se, por exemplo, no preceito de condenar e lapidar, junto com a mulher, o animal com o qual ela se teria unido contra a natureza; ou de mandar lapidar também o touro que marra; ou sobre a história da burra de Balaão que falou, por Deus lhe ter aberto a boca, quando “uma besta de carga respondendo com voz humana, apesar de não falar, denunciou o devaneio do profeta” (2Pd 2,16). Tudo isso não só não aceitamos como refutamos e rejeitamos como afirmações contra a nossa fé. Quando, porém, a seu tempo, tivermos refutado e rejeitado essa perversa doutrina, mostraremos como se deve compreender as passagens das Escrituras Santas que eles invocaram.

NOTAS

[1] As referências bíblicas não se encontram no texto original: elas são tomadas das traduções de Harl e de Crouzel. (N.T.)

[2] O *Pastor de Hermas* era um escrito respeitado na comunidade alexandrina. (N.T.)

[3] Ver também *Sobre os Princípios* I,3 e II, 7; *Comentário sobre o Evangelho de São João* II, 73-78. Aqui no prefácio a regra de fé concernente ao Espírito Santo é resumida em dois pontos: 1º) O Espírito é associado às duas primeiras pessoas da Trindade; 2º) Mas a questão de sua origem permanece aberta. A questão da origem do Espírito é retomada no *Comentário ao Evangelho de São João* a propósito de Jo 1,3: “Tudo foi feito por meio dele”. Orígenes aplica esse versículo também ao Espírito Santo, afirmando o seguinte: “Para nós, que estamos persuadidos de que há três realidades subsistentes, o Pai, o Filho e o Espírito Santo, e cremos que somente o Pai é sem origem (*agennetos*), consideramos mais conforme à piedade e mais verdadeiro que, se todas as coisas advieram pelo Verbo, o Espírito Santo tem mais dignidade que todo o resto, e que ele é de um escalão superior a tudo o que é *do Pai pelo Filho*” (II,10 [6] 75).

[4] *Didaskalia Petrou*, conhecido de Inácio de Antioquia, hoje perdido; não confundir com o *Kerigma Petrou* citado por Clemente de Alexandria. (N.T.)

[5] O termo é raro em Platão, aparece um pouco mais em Aristóteles, não consta no Novo Testamento, e é mais frequente entre os neoplatônicos; sendo estes posteriores a Orígenes, o termo provavelmente estava sendo discutido na sua época; o termo e a questão são de importância para Orígenes, ele a discute em outros pontos e reaparece nas obras de seus discípulos. (N.T.)

[6] *Espírito*: tanto o termo grego *pneuma* como o hebraico *ruah*, que se traduzem por “espírito”, significam originariamente “sopro” ou “aragem”. (N.T.)

[7] Orígenes aceita esse apócrifo, mas já Eusébio de Cesareia, na *História Eclesiástica* (III, 3 e 25), diz que não é genuíno; pode haver confusão com outro apócrifo, o livro de *Atos de Paulo e Tecla*. (N.T.)

[8] *Comentário ao Gênesis*, do qual restam apenas fragmentos. (N.T.)

[9] Nessa passagem, as versões e traduções são muito variáveis, e a *Vulgata* de Jerônimo não concorda com a versão dos *Setenta* (LXX), nem sequer quanto ao número de versículos. (N.T.)

[10] A *apokatástasis* é consequência da bondade de Deus (I,8,3): submissão não violenta nem forçada, mas espontânea, inspirada pela razão e pela sabedoria (I,2,10; III,5,6-8). A universalidade da *apokatástasis* era para Orígenes uma certeza ou uma grande esperança? Anteriormente, Orígenes afirmara sobre a *apokatástasis*: “Dizemos isso com muito receio e cautela, antes de mais como algo a questionar e discutir do que como algo certo e definido”. Portanto, para o Alexandrino, não era uma certeza. Acreditou-se no passado que Orígenes professasse a doutrina segundo a qual a restauração universal comportaria a salvação final do demônio. Essa opinião é recusada veementemente por Orígenes em torno do ano 230 contra alguns que lha atribuíam, em sua *Carta aos amigos de Alexandria*. Considerando a especificidade do *Peri Archōn*, o pensamento de Orígenes é uma procura, tratando frequentemente duas opiniões antitéticas, sem dirimir a questão abordada de maneira definitiva.

[11] Herdado da filosofia grega, esse adágio determina as doutrinas da preexistência e da *apokatástasis*: *Sobre os Princípios* II,1,1; II,1,3; III,6,3. Segundo os comentadores, devemos entender tal princípio com certa relatividade, de modo que não podemos tomá-lo literalmente e de forma absoluta, como se devêssemos excluir todo progresso entre o *início* e o *fim*.

[12] É uma afirmação da preexistência das almas, que provém do platonismo (*Fedro* 247 b). Para Orígenes, aqui tem como objetivo responder aos marcionitas (*Sobre os Princípios* II,8,3-4; II,9,6-7; III,3,5). Poderíamos perguntar-nos se a tradução *spiritus* não está errada em relação ao vocabulário de Orígenes, que Rufino normalmente respeita: seria preciso *mens* ou *animus*, traduzindo *nous* (= Intelecto) e não *spiritus*, que se traduz com o termo *pneuma*.

[13] Os exemplos são invocados em uma perspectiva antignóstica e antideterminista; o destino terrestre dos homens depende dos méritos ou deméritos da preexistência.

ÍNDICE

- Prefácio
- Iª Parte: Exposição geral
- O Pai, o Filho e o Espírito Santo
 - 1. Deus
 - 2. Cristo
 - 3. Espírito Santo
 - 4. A degradação e a queda
 - 5. As naturezas racionais
 - 6. Do fim, ou da consumação
 - 7. Os incorporais e os corporais
 - 8. Os anjos
- Notas